



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Relatório Quadrimestral

3º quadrimestre de 2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

João Raimundo Colombo
Governador do Estado

Eduardo Pinho Moreira
Vice-Governador do Estado

Antonio Marcos Gavazzoni
Secretário de Estado da Fazenda

Almir José Gorges
Secretário Adjunto da Fazenda

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Captação de Recursos e da Dívida Pública

Rosilene Eller
Assessora do Diretor da DICD

André Luiz Von Knoblauch
Gerente da Dívida Pública

Simone de Souza Becker
Gerente de Captação de Recursos

EQUIPE TÉCNICA:

Alexandre Studart Nogueira
Arleny Jaqueline Mangrich Pacheco
Claudia Nunes
Gisele de Jesus Varela
Glauca Nunes
Luís Eduardo de Souza
Marcia Bradacz Lopes
Maria Janice de Oliveira
Paulo Juliano Zanin Valentini
Renato Miranda
Taina Franzoni



ÍNDICE

1	Apresentação.....	5
2	A Dívida Pública do Estado de Santa Catarina.....	6
2.1.	O que é a Dívida Pública?	6
2.2.	Origem e composição da Dívida Pública do Estado de SC.....	6
2.3.	Evolução Recente da Dívida Pública do Estado.....	8
2.4.	Estoque da Dívida – Empréstimos de Curto e Longo Prazo	10
2.5.	Estoque da Dívida – Empréstimos Internos e Externos.....	10
2.6.	Estoque da Dívida por Credor.....	11
2.7.	Estoque da Dívida por Indexador	12
2.8.	Condições Contratuais.....	13
2.9.	Serviço da Dívida – Realizado	13
2.10.	Serviço da Dívida – Projetado.....	15
2.11.	Estrutura de Vencimentos dos Empréstimos	16
2.12.	Limites Legais de Endividamento	17
2.13.	Dívida com a União - Intralimite.....	18
2.14.	Renegociações da Dívida	20
2.14.1	Dívida com a União – Lei Federal nº 9.496/97	20
2.14.2	Refinanciamento do Contrato 016 - BNDES/CRC-CELESC	24
2.14.3	Parcelamento Tributário: INSS – Lei Federal nº 11.941/2009 e Lei nº 12.180/2013.....	25
2.14.4	Parcelamento Tributário (PASEP) – MP nº 574/2012 e Lei nº 12.810/2013.....	26
2.15.	Restos a Pagar	26
2.16.	Precatórios.....	29
2.17.	Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	35
2.16.1	Riscos Fiscais e Passivos Contingentes - Definição.....	35
2.16.2	Anexo de Riscos Fiscais e Providências	37
2.16.3	Principais Riscos Fiscais do Estado	37
2.16.4	LFTSC.....	38
2.16.5	INVESC	39
2.16.6	CELESC	39
2.16.7	DEINFRA.....	40
2.16.8	UDESC	42
2.16.9	EPAGRI	42
3.	Captação de Recursos.....	42
3.1.	Operações de Crédito	42
3.1.1.	Acompanhamento das Liberações de Recursos de Operações de Crédito Internas e Externas.....	43
3.1.2.	Montante Global das Operações realizada em um exercício financeiro	46
3.2.	Transferências Voluntárias	46
3.2.1.	Convênios e Contratos de Repasse	47
3.3.	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF.....	51



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

3.3.1.	Execução das metas e compromissos do programa de reestruturação e ajuste fiscal em 2014.....	52
3.4.	Avaliação do Grau de Risco (<i>Rating</i>)	54
4.	Situação dos Módulos da DICD no SIGEF	55
5.	Considerações Finais	57
6.	Dados Comparativos dos Estados – Até dezembro de 2015.....	58
7.	Anexos - Dados Comparativos dos Estados.....	61
7.1	Tabela A-01 – Dívida Contratual Interna e Externa- Dezembro/2015	61
7.2	Tabela A-02 – Serviço Total da Dívida em % da RCL - Dezembro/2015	62
7.3	Tabela A-03 – % de Endividamento dos Estados – DCL/RCL - Dezembro/2015.....	63
7.4	Tabela A-04 – Dívida Consolidada em % do PIB e RCL - Dezembro/2015	64
7.5	Tabela A-05 – Resultado Primário em % da RCL - Dezembro/2015	65
7.6	Tabela A-06 – Despesa de Pessoal do Poder Executivo em % da RCL - Dezembro/2015	66
7.7	Tabela A-07 – % de Investimentos sobre a RCL - Dezembro/2015	67
7.8	Tabela A-08 – % das Despesas Correntes Versus RCL - Dezembro/2015.....	68
7.9	Tabela A-09 – Aportes ao RPPS – Cobertura do Déficit - Dezembro/2015	69
7.10	Tabela A-10 – Dívida dos Estados com a União.....	70



1 Apresentação

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000, ou simplesmente LRF) introduziu no país uma nova forma de administrar as finanças públicas, com metas de resultados primário e nominal, limites para a contratação de dívidas, concessão de garantias, gastos com pessoal e outros, além de impor também diversas outras regras para assegurar o equilíbrio orçamentário e financeiro dos entes nacionais e subnacionais.

As regras ditadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal se somaram aos compromissos firmados anualmente pelos entes da federação no âmbito do **Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF**, para a manutenção do nível de endividamento e do equilíbrio fiscal.

Isso não significa que o endividamento público seja algo ruim para as finanças públicas. Ao contrário, para a realização de grandes investimentos a contratação de financiamentos (Operações de Crédito) é o caminho mais utilizado, pois dificilmente os entes conseguem gerar poupança para as grandes demandas sociais, sempre superiores à capacidade de investimentos dos entes da federação.

Para isto é necessário gerenciar todas as dívidas, sejam elas decorrentes de contratos firmados com entidades financeiras, com fornecedores ou de outras origens, como os parcelamentos tributários, para manter os estoques dentro dos limites legais de endividamento e, principalmente, dentro da capacidade de pagamento do ente público.

Para a captação de recursos e o gerenciamento da dívida pública o Estado de Santa Catarina estruturou na Secretaria de Estado da Fazenda a **Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - DICD**, setor responsável pelos processos de contratação das operações de crédito, gerenciamento dos estoques, fechamento de câmbio para a internalização dos recursos decorrentes de operações externas e pelo pagamento das amortizações, juros e encargos da dívida, criando condições para o endividamento responsável do Estado no longo prazo.

O art. 30, § 4º, da LRF, exige a verificação do atendimento do limite de endividamento quadrimestralmente. Assim, este trabalho é atualizado ao final de cada quadrimestre, para coincidir com a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, e tem por objetivo demonstrar o volume de recursos captados e o perfil da dívida pública do Estado de Santa Catarina, seu montante e limites, a capacidade do Estado para novas contratações e as projeções de novos ingressos de recursos, além de demonstrar os índices alcançados por Santa Catarina e pelos demais Estados da federação.



2 A Dívida Pública do Estado de Santa Catarina

2.1. O que é a Dívida Pública?

A dívida pública pode ser classificada como de curto ou de longo prazo. A dívida de curto prazo (ou circulante) decorre principalmente de obrigações com fornecedores de bens e serviços, do exercício (fornecedores a pagar) ou saldos de exercícios anteriores (os denominados restos a pagar). Já a de longo prazo tem como principal origem os financiamentos contratados com organismos nacionais e internacionais e os parcelamentos tributários.

Conceitualmente, temos:

- **Dívida Flutuante** compreende os restos a pagar, serviços da dívida a pagar, os depósitos de terceiros (cauções, fianças, consignações etc.) e os Empréstimos por Antecipação da Receita – ARO (também denominados de Débitos de Tesouraria);
- **Dívida Pública consolidada ou fundada:** montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;
- **Dívida Pública Mobiliária:** dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;
- **Operação de Crédito:** compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;
- **Concessão de garantia:** compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;
- **Refinanciamento da Dívida Mobiliária:** emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

2.2. Origem e composição da Dívida Pública do Estado de SC

Desde o primeiro empréstimo contratado pelo Estado de Santa Catarina para construção da Ponte Hercílio Luz, em 1922, num valor equivalente a dois orçamentos anuais do Estado, quitado em 1978, a contratação de operações de crédito para os grandes investimentos tem sido uma prática comum em todos os governos. A atual dívida teve origem no final da década de 1970 e cresceu continuamente nas décadas de 80 e 90, com a contratação de empréstimos da dívida interna com o extinto BESC/BNH, BRDE, BADESC, BB, CEF e os lançamentos das Obrigações do Tesouro do Estado de Santa Catarina - Tipo Reajustável - ORTC, com as Antecipações de Receitas Orçamentárias – ARO's e assunção da dívida do BESC, além de sofrerem fortes incrementos em



seus saldos por conta do período inflacionário vivido pelo Brasil até o exercício de 1994. Estes contratos tinham como objetivos principais, a construção de moradias, o saneamento básico, o desenvolvimento urbano, a construção de postos de saúde e a aquisição de equipamento, a pavimentação e a drenagem de estradas e sistemas viários, a capitalização do BRDE e do BADESC, a recomposição de dívidas, entre outros.

A grande maioria dessas dívidas acabou sendo assumida e refinanciada pela União, em três ocasiões distintas:

- a) A primeira, de acordo com a Lei federal nº 7.976, de 27.12.89, a Resolução do Senado nº 94, de 15.12.89, o Contrato nº 90/0044-7, de 29.06.90, o Contrato nº 90/0045-5, de 29.06.90, o Aviso MF – 9, de 10.07.90. Esta Lei dispôs sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos Estados, inclusive suas entidades da administração Indireta, com a finalidade de honrar compromissos financeiros decorrentes de operações de crédito externo, garantidas pelo Tesouro Nacional. Esta primeira rolagem consolidou assunções feitas pelo Estado e posteriormente pela União de dívidas do Estado junto ao BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social, BADESC – Banco de Desenvolvimento do Estado de SC, de Autarquias, fundações, muitas ainda nem registradas na contabilidade do Estado, também referentes a saques na conta movimento do tesouro junto ao BESC – Banco do Estado de Santa Catarina, ressarcimento de pessoal do Sistema Financeiro, contratos de assistência técnica do BESC, Encargos Sociais atrasados, saques na CELESC – Centrais Elétricas de SC e dívida flutuante atrasada convertida em dívida fundada que também não estava registrada em dívida pública. Com a Rolagem, o Estado renegociou as dívidas do Voto 548 do Conselho Monetário Nacional - CMN, provenientes do BESC e BADESC; renegociou as dívidas de empréstimos por antecipação de receitas vencidas e a vencer de bancos privados e com o próprio Banco do Brasil – Voto 340, do CMN e também renegociou as dívidas externas vencidas, principal e juros – Aviso MF 9;
- b) A segunda, sob o amparo da Lei federal nº 8.727, de 05.11.93, que estabeleceu diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, por intermédio da Resolução do Senado nº 36, de 1992, que dispôs sobre os limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos Estados e estabeleceu limites e condições para concessão de garantia. Nesta segunda rolagem das dívidas do Estado com a União, foram assumidas pela União dívidas junto a CEF – Caixa Econômica Federal, Banco Central do Brasil, BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BID – dívida externa e EBTU – Empresa Brasileira de Transportes Urbanos no valor de US\$ 249,9 milhões, dívidas da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento com a SEF, no valor de US\$ 74,6 milhões e do DER – Departamento de Estradas de Rodagem/BNDES, de US\$ 5,5 milhões. A lei Federal nº 8.727/93 permitiu ainda a renegociação da dívida decorrente do crédito imobiliário do IPESC e COHAB, bem como a utilização das Contas de Resultado a Compensar – CRC da CELESC com a União. O montante deste



crédito utilizado, o Estado assumiu junto a CELESC em condições idênticas ao da Lei nº 8.727/93. Foram renegociados nos termos do “BEA (*Bond Exchange Agreement*) e DMLP (Dívida de Médio e Longo Prazos)”, os juros vencidos (RF- 20/91) e as obrigações vencidas e não pagas (RF-98/92), decorrentes de contratos de empréstimo de médio e longo prazo junto a bancos credores comerciais externos.

- c) Já em 31.03.1998, foi assinado o contrato nº 012/98/STN/COAFI, sob o amparo da Lei federal nº 9.496, de 11.09.1997, com respaldo no Protocolo de Acordo firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Santa Catarina em 16.04.1997 e nas Resoluções nº 12, de 30.01.97, e nº 69, de 14.12.95, do Senado Federal. Nesta terceira e última rolagem das dívidas do Estado com a União, foram assumidas dívidas mobiliárias de R\$ 1.085 milhões, contratos com a CEF de R\$ 213 milhões, contratos com o Banco do Brasil de R\$ 45,9 milhões, estes anteriormente oriundos de empréstimos por Antecipação de Receitas Orçamentária com bancos privados e contrato com o BRDE – Banco Regional para o Desenvolvimento do Extremo Sul de R\$ 207 milhões. Esse contrato foi firmado com juros de 6% ao ano e correção pelo IGP-DI. No âmbito desta Lei e da Medida Provisória nº 1.900-40, permitiu-se ainda a contratação de operação de crédito para transformação do BADESC em Agência de Fomento e a assunção pela União da dívida patronal do Estado com o IPESC. Em 30.09.99 foi incorporado ao contrato nº 012/98/STN/COAFI o valor de R\$ 2.129.708.000,00 referente ao valor repassado pela União para saneamento do conglomerado BESC - Banco do Estado de Santa Catarina, que resultou na Federalização do Banco, incorporado posteriormente pelo Banco do Brasil S/A.

2.3. Evolução Recente da Dívida Pública do Estado

Primeiramente, cabe destacar que **nem todos os valores contabilizamos no “Passivo” são dívidas na sua excênci**a. Estão contabilizados no passivo os limites de saques da Conta Única do Estado, as provisões e também os depósitos de terceiros, que possuem contrapartida no “Ativo”. Segundo a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), a **dívida pública consolidada ou fundada** é o *montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses*. No entanto, com o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a dívida passa a ser apresentada em curto prazo, quando exigível em prazo inferior a doze meses, e longo prazo, quando exigível em prazo superior a doze meses.

Ao final do terceiro quadrimestre de 2015 o passivo total do Estado – somados o curto prazo (circulante) e o longo prazo (não-circulante) – alcançou R\$ 30.633.197.605,63. Desse montante, a dívida referente a Empréstimos e Financiamentos representa 59,57%, com R\$ 18.247.729.041,63.



Tabela 01 - Composição do Passivo do Estado

Descrição	Dez 2013 - R\$	% Total	Dez 2014 - R\$	% Total	Dez 2015 - R\$	% Total
Passivo Circulante (I)	6.737.870.493,34	32,66%	8.015.031.831,36	29,94%	9.072.668.546,52	29,62%
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar	144.378.510,46	1,56%	149.279.011,19	0,56%	218.709.271,12	0,71%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	570.264.690,19	2,34%	753.560.544,85	2,82%	970.308.420,39	3,17%
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	468.451.021,78	1,52%	514.543.759,55	1,92%	594.464.879,75	1,94%
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	101.813.668,41	0,82%	239.016.785,30	0,89%	375.843.540,64	1,23%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	207.105.872,71	0,83%	196.314.196,75	0,73%	457.280.318,70	1,49%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	10.489.886,29	0,05%	16.453.383,92	0,06%	18.084.411,90	0,06%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Provisões a Curto Prazo	611.074.301,85	4,18%	504.724.070,23	1,89%	470.347.303,23	1,54%
Demais Obrigações a Curto Prazo	5.194.557.231,84	23,69%	6.394.700.624,42	23,89%	6.937.938.821,18	22,65%
Passivo Não-Circulante (II)	16.322.265.110,72	67,34%	18.751.254.617,46	70,06%	21.560.529.059,11	70,38%
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar	837.852.690,62	2,59%	732.578.160,26	2,74%	763.716.359,60	2,49%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	12.660.681.954,39	52,70%	14.613.507.907,58	54,60%	17.277.420.621,24	56,40%
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	10.383.090.012,53	42,97%	12.114.962.380,35	45,26%	13.711.747.782,59	44,76%
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	2.277.378.888,10	9,73%	2.498.416.173,35	9,33%	3.565.616.722,17	11,64%
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	213.053,76	0,00%	129.353,88	0,00%	56.116,48	0,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.307.707.773,42	4,79%	1.359.086.048,93	5,08%	1.324.171.369,37	4,32%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	241.200.177,51	0,85%	242.425.562,22	0,91%	258.458.555,84	0,84%
Provisões a Longo Prazo	378.821.258,98	2,87%	816.184.499,74	3,05%	653.418.584,38	2,13%
Demais Obrigações a Longo Prazo	521.165.006,66	1,65%	469.779.516,01	1,76%	639.113.464,65	2,09%
Resultado Diferido	374.836.249,14	1,89%	517.692.922,72	1,93%	644.230.104,03	2,10%
TOTAL: (I) + (II)	23.060.135.604,06	100%	26.766.286.448,82	100%	30.633.197.605,63	100%

O **passivo de curto prazo**, ou circulante, é composto por débitos com fornecedores decorrentes de contratações de bens e serviços (Despesas Liquidadas a Pagar e Restos a Pagar), bem como de **obrigações decorrentes de depósitos de terceiros em que o Estado é mero depositário desses valores**, como as consignações descontadas em folha dos servidores e que terão que ser repassadas a quem de direito (seguros, sindicatos, associações, empréstimos consignados em folha etc.), as cauções vinculadas à contratação de obras, os depósitos judiciais em poder do Tribunal de Justiça e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro.

Ao término do quadrimestre, o passivo de curto prazo fechou com o saldo de R\$ 9.072.668.546,52. Os maiores valores do passivo circulante, conforme evidenciado na Tabela 01, estão concentrados nas denominadas **Demais Obrigações a Curto Prazo (22,65%)**, onde estão contabilizados os **Valores Restituíveis** (R\$ 5.298.240.572,11, equivalente a **76,37% das Demais Obrigações a Curto Prazo**), cujo principal desdobramento é a conta **Depósitos Judiciais** (R\$ 5.148.610.484,43, **que corresponde a 97,18% do total dos Valores Restituíveis**).

Cabe enfatizar que os Depósitos de Diversas Origens (valores restituíveis, dentre eles os depósitos judiciais e as consignações) possuem recursos em caixa em contrapartida com o registro no Passivo. Portanto, na excênciã não se trata de dívida, pois são passivos com lastro financeiro, onde o Estado é mero depositário dos recursos de terceiros, recursos esses que são vinculados ao respectivo passivo.

Na composição do **passivo de longo prazo**, ou não circulante, a principal conta é a de Empréstimos e Financiamentos que registra as obrigações financeiras internas e externas do Estado a título de empréstimos contratuais ou mobiliários bem como as aquisições efetuadas diretamente com fornecedores. O saldo de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo em 31



de dezembro de 2015 foi de R\$ 17.277.420.621,24, o que representa 56,40% do passivo. Desse total, R\$ 17.277.364.504,76 corresponde ao valor referente a Empréstimos, que representa a dívida contratual (operações de crédito). O saldo da conta Financiamentos, R\$ 56.116,48, refere-se ao contrato de fornecimento de equipamentos e prestação de serviços nº 044/2012 entre a Secretaria de Estado da Fazenda-SC e a empresa Integra Tecnologia Ltda.

2.4. Estoque da Dívida – Empréstimos de Curto e Longo Prazo

Em atendimento às normas contábeis ditadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado de Santa Catarina adotou o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), que busca padronizar as práticas contábeis e adequá-las aos dispositivos legais vigentes e às regras e procedimentos reconhecidos por organismos internacionais. Entre as mudanças mais significativas está a segregação dos empréstimos entre **curto prazo e longo prazo**, como segue:

Tabela 02 - Empréstimos – Curto e Longo Prazo

Descrição	Dez 2013 - R\$	% Total	Dez 2014 - R\$	% Total	Dez 2015 - R\$	% Total
Empréstimos Internos	10.851.541.034,31	82,02%	12.629.506.139,90	82,19%	14.306.212.662,34	78,40%
Curto Prazo	468.451.021,78	3,54%	514.543.759,55	3,35%	594.464.879,75	3,26%
Longo Prazo	10.383.090.012,53	78,48%	12.114.962.380,35	78,84%	13.711.747.782,59	75,14%
Empréstimos Externos	2.379.192.556,51	17,98%	2.737.432.958,65	17,81%	3.941.460.262,81	21,60%
Curto Prazo	101.813.668,41	0,77%	239.016.785,30	1,56%	375.843.540,64	2,06%
Longo Prazo	2.277.378.888,10	17,21%	2.498.416.173,35	16,26%	3.565.616.722,17	19,54%
Total: Internos (+) Externos	13.230.733.590,82	100%	15.366.939.098,55	100%	18.247.672.925,15	100%

2.5. Estoque da Dívida – Empréstimos Internos e Externos

Entre os empréstimos internos, a principal dívida decorre do Contrato 012/98/STN/COAFI (Lei Federal nº 9.496/1997), que prevê **juros na ordem de 6% ao ano**, aplicando-se ainda o **IGP-DI como correção monetária**. A variação acumulada de janeiro a dezembro de 2015 (12 meses) do IGP-DI foi de 10,68%. Com isso, somados os juros mais o IGP-DI houve uma **correção de 16,68% no mesmo período**. Assim, do total das operações de crédito internas, **63,47%**, ou seja, **R\$ 9.080 milhões** correspondem ao saldo devedor, em 31 de dezembro de 2015, do empréstimo decorrente da Lei Federal nº 9.496/1997, que reestruturou as dívidas dos Estados.

Na composição das operações de crédito externas, **63,68%**, ou seja, **R\$ 2.510 milhões** correspondem ao saldo devedor da operação de crédito junto ao **Bank of America Merrill Lynch**, cujos recursos foram utilizados para a quitação do Resíduo da dívida decorrente da Lei Federal nº 9.496/1997 e para amortização extraordinária do principal, ao final do exercício de 2012. Assim, as



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

operações de crédito externas passaram a representar **21,60%** do total das operações de crédito ao final do terceiro quadrimestre de 2015.

O saldo de cada empréstimo, **somados curto prazo e longo prazo**, e sua respectiva participação percentual em relação ao estoque total para os anos de 2013, 2014 e 2015 estão na tabela a seguir:

Tabela 03 - Empréstimos – Internos e Externos

Descrição	Dez 2013 - R\$	% Total	Dez 2014 - R\$	% Total	Dez 2015 - R\$	% Total
Empréstimos Internos (I)	10.851.541.034,31	82,02%	12.629.506.139,91	82,19%	14.306.212.662,34	78,40%
BB CAM. EST. PROD. PREV. DESAST. NAT	218.800.000,00	1,65%	675.740.903,64	4,40%	1.430.220.948,40	7,84%
BB PACTO POR SANTA CATARINA	-	0,00%	91.185.059,21	0,59%	395.080.736,66	2,17%
BB PEF I	31.461.750,00	0,24%	25.148.623,69	0,16%	18.802.983,11	0,10%
BNDES ACELERA SC	1.555.747.228,07	11,76%	2.519.272.936,95	16,39%	2.689.072.213,30	14,74%
BNDES CAMINHOS DO DESENVOLV.	206.646.626,78	1,56%	401.205.908,04	2,61%	417.003.094,10	2,29%
BNDES CASAN PAC	87.279.273,60	0,66%	104.436.873,24	0,68%	93.591.471,97	0,51%
BNDES PEF II	62.205.624,89	0,47%	52.765.352,62	0,34%	43.489.278,18	0,24%
BNDES PMAE SPED	6.107.744,41	0,05%	8.663.718,14	0,06%	7.083.842,64	0,04%
BNDES PMAE GESTÃO	-	0,00%	-	0,00%	8.621.334,08	0,05%
BNDES SIT JOINVILLE	16.521.267,58	0,12%	25.575.896,95	0,17%	30.071.737,59	0,16%
CEF PNAF	10.952.273,71	0,08%	8.942.355,76	0,06%	7.883.124,19	0,04%
UNIÃO DMLP	37.520.362,21	0,28%	41.874.416,78	0,27%	61.547.373,03	0,34%
UNIÃO 9.496/97	8.564.794.753,52	64,73%	8.646.165.898,52	56,26%	9.080.753.840,59	49,76%
UNIÃO 8.727/93	53.504.129,54	0,40%	28.528.196,37	0,19%	22.990.684,50	0,13%
Empréstimos Externos (II)	2.379.192.556,51	17,98%	2.737.432.958,64	17,81%	3.941.460.262,81	21,60%
BAML - REFINANC. RESÍDUO (US\$)	1.701.762.012,51	12,86%	1.875.691.221,39	12,21%	2.509.973.800,84	13,76%
BID 1390 - BID IV - RODOVIAS (US\$)	224.157.702,40	1,69%	224.943.500,88	1,46%	286.608.658,50	1,57%
BID 2171 - BID V (US\$)	114.467.954,54	0,87%	124.081.272,31	0,81%	173.506.265,13	0,95%
BID 2172 - PROFISCO (US\$)	34.127.814,02	0,26%	54.615.516,08	0,36%	89.771.242,44	0,49%
BID 2900 - BID VI - RODOVIAS (US\$)	115.405.043,45	0,87%	232.330.864,73	1,51%	439.386.700,72	2,41%
BIRD 4660 - MICROBACIA II (US\$)	51.490.348,00	0,39%	41.786.184,87	0,27%	36.857.170,70	0,20%
BIRD 7952 - SC RURAL (US\$)	61.511.310,79	0,46%	96.724.695,78	0,63%	269.050.960,51	1,47%
CAF - PIR I (US\$)	76.270.370,80	0,58%	87.259.702,60	0,57%	116.643.614,88	0,64%
CAF - PROVIAS (US\$)	-	0,00%	-	0,00%	19.661.849,09	0,11%
TOTAL: (I) + (II)	13.230.733.590,82	100%	15.366.939.098,55	100%	18.247.672.925,15	100%

2.6. Estoque da Dívida por Credor

Conforme a Tabela 04, o estoque da dívida referente a Empréstimos é proveniente de oito credores. O credor com a maior participação percentual é a **União** com 50,23% do total. Isso se deve, principalmente, ao volume da dívida referente à Lei Federal nº 9.496/1997. A segunda maior participação é a do **BNDES** (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que é credor de 18,02% do total. De todos os seis contratos de empréstimo junto ao BNDES, o de maior volume é o BNDES - Acelera Santa Catarina. O **Bank of America Merrill Lynch** é o terceiro principal credor com 13,76% do total, em função do empréstimo para a quitação do resíduo da Lei Federal nº 9.496/1997. Em seguida, o **Banco do Brasil** aparece como o quarto maior credor com 10,11% do total. Todos os demais credores da dívida externa – **BID**, **BIRD** e **CAF** – além do credor nacional



Caixa Econômica Federal representam, juntos, 7,89% do estoque da dívida referente a Empréstimos.

Tabela 04 - Estoque da Dívida por Credor

Credor	Dez 2013 - R\$	% Total	Dez 2014 - R\$	% Total	Dez 2015 - R\$	% Total
UNIÃO	8.655.819.245,27	65,42%	8.716.568.511,67	56,72%	9.165.291.898,12	50,23%
BNDES - Bco. Nac. de Desenv. Econ. e Social	1.934.507.765,33	14,62%	3.111.920.685,94	20,25%	3.288.932.971,86	18,02%
BAML - Bank of America Merrill Lynch	1.701.762.012,51	12,86%	1.875.691.221,39	12,21%	2.509.973.800,84	13,76%
BB - Banco do Brasil	250.261.750,00	1,89%	792.074.586,54	5,15%	1.844.104.668,17	10,11%
BID - Banco Interamericano de Desenv.	488.158.514,41	3,69%	635.971.154,00	4,14%	989.272.866,79	5,42%
BIRD - Banco Mundial	113.001.658,79	0,85%	138.510.880,65	0,90%	305.908.131,21	1,68%
CAF - Cooperação Andina de Fomento	76.270.370,80	0,58%	87.259.702,60	0,57%	136.305.463,97	0,75%
CEF - Caixa Econômica Federal	10.952.273,71	0,08%	8.942.355,76	0,06%	7.883.124,19	0,04%
TOTAL: (I) + (II)	13.230.733.590,82	100%	15.366.939.098,55	100%	18.247.672.925,15	100%

2.7. Estoque da Dívida por Indexador

A dívida contratual do Estado de Santa Catarina é composta por quatro indexadores. A maior parte dela, 49,76%, concentra-se na dívida com a União referente à Lei nº 9.496/97 e é indexada pelo **IGPDI**. Em seguida, o **dólar americano** aparece como indexador de 24,15% da dívida e engloba todas as operações externas de empréstimo mais três operações internas – DMPL; CEF PNAF; e BB Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais. A **TJLP** é o indexador de 18,33% da dívida contratual e refere-se a todos os contratos de empréstimo junto ao BNDES mais o contrato BB PEF I. Na sequência dos indexadores, o **CDI** representa 7,84% da composição e é o fator de correção da operação com o Banco do Brasil – Pacto por Santa Catarina. Uma pequena parte da dívida, 0,13%, é indexada pela **TR** e diz respeito ao contrato com a União referente à Lei nº 8.727/93. A tabela a seguir resume essa composição e apresenta a evolução desde 2013:

Tabela 05 - Estoque da Dívida – Participação % por Indexador

Descrição	Dez 2013 - R\$	% Total	Dez 2014 - R\$	% Total	Dez 2015 - R\$	% Total
IGPDI	8.564.794.753,52	64,73%	8.646.165.898,52	56,26%	9.080.753.840,59	49,76%
DÓLAR (EUA)	2.427.665.192,43	18,35%	2.879.434.790,39	18,74%	4.405.971.496,69	24,15%
TJLP	1.965.969.515,33	14,86%	3.137.069.309,63	20,41%	3.307.735.954,97	18,13%
CDI	218.800.000,00	1,65%	675.740.903,64	4,40%	1.430.220.948,40	7,84%
TR	53.504.129,54	0,40%	28.528.196,37	0,19%	22.990.684,50	0,13%
TOTAL	13.230.733.590,82	100,00%	15.366.939.098,55	100,00%	18.247.672.925,15	100,00%



2.8. Condições Contratuais

O perfil de endividamento é definido pelas características contratuais de cada empréstimo. A tabela a seguir apresenta essas características para a dívida interna e externa:

Tabela 06 - Condições Contratuais dos Empréstimos

EMPRÉSTIMO	SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	TAXA DE JUROS	INDEXADOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SALDO A LIBERAR DEZ 2015 - R\$
				DATA INÍCIO	DATA FIM	
BB CAM. EST. PROD. PREV. DESAST. NAT.	SAC	3,85%a.a+LIBOR	Dólar (US\$)	18/07/2013	18/07/2033	55.081.505,36
BB PACTO POR SANTA CATARINA	SAC	120% CDI	CDI	27/11/2013	27/11/2033	1.609.899.400,00
BB PEF I	SAC	3% a.a+TJLP	TJLP	22/10/2009	15/11/2018	-
BNDES ACELERA SC	SAC	0,8% a.a+TJLP	TJLP	04/04/2013	15/03/2035	356.424.092,65
BNDES CAMINHOS DO DESENVOLV.	SAC	1,1% a.a+TJLP	TJLP	21/11/2012	15/12/2032	172.839.456,64
BNDES CASAN PAC	SAC	3,54% a.a+TJLP	TJLP	13/08/2010	17/07/2023	-
BNDES PEF II	SAC	1,1% a.a+TJLP	TJLP	22/10/2009	15/07/2020	-
BNDES PMAE GESTÃO	SAC	1,9% a.a+TJLP	TJLP	14/05/2012	15/05/2020	-
BNDES PMAE SPED	SAC	2% a.a+TJLP	TJLP	11/09/2009	15/09/2017	-
BNDES PMAE SPED	SAC	2% a.a+TJLP	TJLP	11/09/2009	15/09/2017	-
BNDES SIT JOINVILLE	SAC	1,9% a.a+TJLP	TJLP	15/12/2011	15/01/2022	4.399.829,03
CEF PNAF	SAC	2%a.a+LIBOR	Dólar (US\$)	31/03/1998	01/03/2017	-
UNIÃO 8.727/93 - COHAB	PRICE	2,744% a.a	TR	10/11/1998	01/09/2023	-
UNIÃO 8.727/93 - IPESC	PRICE	7,027% a.a	TR	30/10/1995	01/02/2014	-
UNIÃO 9.496/97	PRICE	0,5% a.m	IGPDI	31/03/1998	01/03/2028	-
UNIÃO DMLP	SAC	6,05% a.a	Dólar (US\$)	21/01/1998	10/04/2024	-
BAML - REFINANC. RESÍDUO (US\$)	CUSTOMIZADO	4%a.a.	Dólar (US\$)	27/12/2012	27/12/2022	-
BID 1390 - BID IV - RODOVIAS (US\$)	SAC	2%a.a+LIBOR	Dólar (US\$)	09/05/2002	09/05/2022	-
BID 2171 - BID V (US\$)	SAC	LIBOR	Dólar (US\$)	09/04/2010	09/04/2035	-
BID 2172 - PROFISCO (US\$)	SAC	LIBOR	Dólar (US\$)	01/09/2010	30/08/2030	22.706.525,59
BID 2900 - BID VI - RODOVIAS (US\$)	SAC	LIBOR	Dólar (US\$)	09/01/2013	09/01/2038	537.832.871,21
BIRD 4660 - MICROBACIA II (US\$)	SAC	2%a.a+LIBOR	Dólar (US\$)	10/05/2002	15/04/2017	-
BIRD 7952 - SC RURAL (US\$)	SAC	LIBOR	Dólar (US\$)	30/09/2010	15/03/2035	80.993.381,88
CAF - PIR I (US\$)	SAC	2,36%a.a+LIBOR	Dólar (US\$)	01/09/2010	31/08/2025	-
CAF - PROVIAS (US\$)	SAC	2,60%a.a+LIBOR	Dólar (US\$)	26/08/2014	26/08/2029	197.163.192,10

2.9. Serviço da Dívida – Realizado

O serviço da dívida referente a empréstimos é o valor que o estado desembolsa para honrar os contratos de empréstimo e é composto de juros, encargos, e amortização do principal. Para o ano de 2015, pode-se verificar o peso de cada contrato no compromisso da dívida até o fechamento do quadrimestre em 31 de dezembro.

A Tabela 07 apresenta os valores pagos de serviço da dívida contratual nos anos de 2013 a 2015, e a participação percentual do serviço de cada contrato em relação ao serviço total. Como se pode ver, a participação percentual dos dois principais empréstimos, “**UNIÃO 9.496/97**” (55,20%) e “**BAML - Refinanciamento do Resíduo**” (18,86%), representam mais de 74% do total do serviço da dívida em 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

Tabela 07 - Serviço da Dívida por Empréstimo

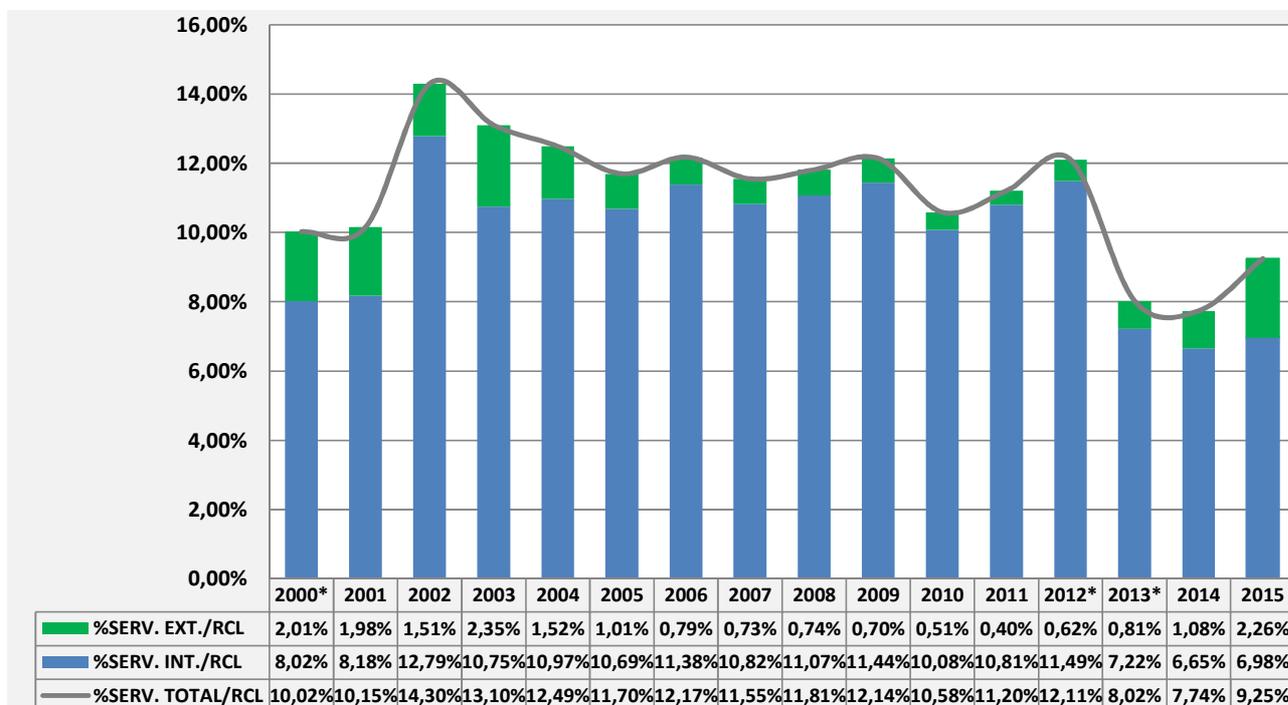
Descrição	Dez 2013 - R\$	% Total	Dez 2014 - R\$	% Total	Dez 2015 - R\$	% Total
Empréstimos Internos (I)	1.139.475.383,26	89,89%	1.179.675.849,77	85,93%	1.355.165.185,92	75,51%
BB CAM. EST. PROD. PREV. DESAST. NAT	7.923.000,00	0,63%	16.603.253,82	1,21%	42.109.545,09	2,35%
BB PACTO POR SANTA CATARINA	-	0,00%	40.004.786,51	2,91%	47.649.839,66	2,65%
BB PEF I	9.131.660,78	0,72%	8.626.127,82	0,63%	8.307.274,75	0,46%
BNDES ACELERA SC	33.614.508,91	2,65%	100.593.649,25	7,33%	156.967.433,17	8,75%
BNDES CAMINHOS DO DESENVOLV.	8.323.565,80	0,66%	15.552.407,83	1,13%	50.311.354,15	2,80%
BNDES CASAN PAC	16.390.039,57	1,29%	19.431.050,32	1,42%	21.325.561,80	1,19%
BNDES CELESC*	55.385.061,24	4,37%	-	0,00%	-	0,00%
BNDES PEF II	13.468.920,55	1,06%	12.890.750,11	0,94%	12.721.098,24	0,71%
BNDES PMAE GESTÃO	-	0,00%	-	0,00%	704.585,10	0,04%
BNDES PMAE SPED	1.920.374,04	0,15%	2.905.760,64	0,21%	4.416.128,29	0,25%
BNDES SIT JOINVILLE	436.661,31	0,03%	3.252.817,80	0,24%	6.347.999,99	0,35%
CEF PNAF	3.240.856,91	0,26%	3.305.267,74	0,24%	4.586.944,09	0,26%
UNIÃO DMLP	3.204.911,64	0,25%	2.419.192,35	0,18%	2.260.418,50	0,13%
UNIÃO 9.496/97	879.777.743,73	69,40%	927.351.727,05	67,55%	990.654.934,94	55,20%
UNIÃO 8.727/93	106.658.078,78	8,41%	26.739.058,53	1,95%	6.802.068,15	0,38%
Empréstimos Externos (II)	128.135.560,69	10,11%	193.166.594,80	14,07%	439.617.025,82	24,49%
BAML - REFINANC. RESÍDUO (US\$)	78.657.331,88	6,21%	134.245.715,80	9,78%	338.535.043,59	18,86%
BID 1390 - BID IV - RODOVIAS (US\$)	29.096.767,21	2,30%	31.745.013,54	2,31%	44.584.983,84	2,48%
BID 2171 - BID V (US\$)	3.693.639,15	0,29%	6.522.678,88	0,48%	9.750.293,96	0,54%
BID 2172 - PROFISCO (US\$)	316.896,38	0,02%	512.826,05	0,04%	4.958.303,58	0,28%
BID 2900 - BID VI - RODOVIAS (US\$)	1.039.268,47	0,08%	2.896.276,76	0,21%	5.475.519,26	0,31%
BIRD 4660 - MICROBACIA II (US\$)	13.484.749,97	1,06%	14.718.010,56	1,07%	22.173.418,59	1,24%
BIRD 7952 - SC RURAL (US\$)	208.918,46	0,02%	502.341,68	0,04%	1.402.030,13	0,08%
CAF - PIR I (US\$)	1.637.989,17	0,13%	2.023.731,53	0,15%	12.253.209,37	0,68%
CAF - PROVIAS (US\$)	-	0,00%	-	0,00%	484.223,50	0,03%
TOTAL: (I) + (II)	1.267.610.943,95	100%	1.372.842.444,57	100%	1.794.782.211,74	100%

*Nota: Para uma melhor comparação entre os anos da série, foi deduzido o valor referente ao refinanciamento da dívida da CELESC, no montante de R\$ 978.662.621,51, em 2013.

Ao se comparar o valor total do serviço da dívida com a Receita Corrente Líquida (RCL) pode-se ter uma ideia de qual percentual da receita que é utilizado para quitar os compromissos com a dívida contratual. O Gráfico 01, a seguir, mostra essa relação Serviço da Dívida/RCL, distribuído entre serviço da dívida interna, da dívida externa e o total. Entre os anos de 2000 e 2012 o estado comprometeu entre 10% e 14% de sua RCL com o serviço da dívida. Nos anos de 2002 e 2003 essa relação atingiu os maiores valores, com 14,3% e 13,1%, nessa ordem. Por outro lado, do ano de 2013 em diante essa relação ficou abaixo de 10%. Neste caso, a queda na relação serviço/RCL se deu, principalmente, em razão dos refinanciamentos do resíduo da Lei nº 9.496/97 e do refinanciamento da dívida da Celesc, que serão abordados mais à frente neste relatório, no Item 2.14.



Gráfico 01 - Histórico do Serviço da Dívida em relação à RCL (%) – 2000-2015



***Nota:** Para uma melhor comparação entre os anos da série, foram deduzidos os valores referentes à amortização extraordinária da Conta Gráfica no ano de 2000, no valor de R\$ 572.104.288,00, bem como os valores referentes ao refinanciamento do resíduo da dívida da com a União (Lei nº 9.496/97), no valor de R\$ 1.478.126.976,41, no ano de 2012, e ao refinanciamento da dívida da CELESC, no valor de R\$ 978.662.621,51, em 2013.

2.10. Serviço da Dívida – Projetado

A projeção do serviço da dívida é realizada levando em consideração as condições contratuais dos empréstimos até o final de suas vigências, e ocorre a partir de janeiro de 2016. Vale destacar que essa projeção reflete o momento atual da economia, e os valores projetados podem ser alterados conforme o movimento no nível dos indexadores, destacados no item 2.7 deste relatório. A tabela a seguir apresenta os valores projetados para o desembolso com o serviço da dívida dos empréstimos, separados em principal, juros e encargos, e total do serviço, até 2037 quando se encerra o pagamento dos atuais empréstimos contradaos.



Tabela 08 - Projeção do Serviço da Dívida Contratual – 2015-2037 - R\$

Ano	Principal	Juros e Encargos	Total do Serviço
2016	1.005.429.122,15	886.472.567,85	1.957.096.360,06
2017	1.058.990.773,82	998.608.517,45	2.203.668.729,84
2018	1.267.985.698,43	1.063.399.913,28	2.555.965.447,12
2019	1.425.703.480,99	984.739.464,08	2.711.429.634,60
2020	1.622.291.705,24	940.833.377,02	2.949.604.715,80
2021	1.752.809.893,24	813.396.509,19	3.037.441.743,46
2022	1.784.959.762,68	719.731.831,09	3.060.903.557,58
2023	1.315.374.392,70	631.012.051,67	2.547.500.730,61
2024	1.397.358.969,93	556.716.433,94	2.656.342.760,36
2025	1.366.730.507,94	481.796.760,40	2.647.414.368,54
2026	1.386.917.956,67	407.122.054,24	2.700.267.132,14
2027	1.420.069.839,32	330.945.091,67	2.772.027.991,00
2028	770.092.351,72	261.204.140,55	1.354.126.978,85
2029	545.529.736,19	216.994.627,72	828.373.619,38
2030	526.803.967,71	175.842.617,00	767.396.054,70
2031	518.430.413,43	135.156.402,39	717.900.596,07
2032	517.704.831,07	94.902.629,92	676.900.535,79
2033	487.830.451,88	56.161.638,87	602.579.725,11
2034	267.202.792,46	24.979.545,74	342.094.164,54
2035	126.857.462,85	7.328.208,76	154.376.325,54
2036	48.810.000,00	2.284.517,17	55.742.328,21
2037	48.810.000,00	1.167.891,61	54.524.128,85
Total	20.662.694.110,42	9.790.796.791,59	30.453.490.902,01

Notas:

- 1- Os saldos devedores dos contratos e as respectivas projeções de principal, juros e encargos são reajustados pelos seus respectivos indexadores, a taxas estimadas pelo Relatório Focus do Banco Central;
- 2- As projeções consideraram os efeitos da renegociação da dívida com a União referentes à Lei Federal nº 9.496/97, aprovada pela Lei Complementar nº 148/2014 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, apenas em relação ao cálculo do ano de 2016 em diante. Assim esta projeção não leva em conta o possível desconto no saldo devedor de 31/12/2012, pois ainda não ocorreu a assinatura de aditivo contratual. Pela interpretação do Estado de Santa Catarina, a referida dívida com a União já teria sido quitada, considerando o que determina o art. 3º da Lei Complementar nº 148/14. Poderá haver discussão judicial sobre a interpretação da lei e esse fato poderá reduzir consideravelmente o fluxo de pagamento previsto.

2.11. Estrutura de Vencimentos dos Empréstimos

Além dos indicadores de estoque, composição e serviço da dívida referente a empréstimos, outro parâmetro de análise comumente utilizado, principalmente por governos soberanos, é o de estrutura de vencimentos da dívida, que pode auxiliar no monitoramento do risco de refinanciamento. Entre os indicadores de refinanciamento estão o de **prazo médio** e o de **vida média**. De forma geral, quanto mais longos forem os prazos desses indicadores, menor o risco de refinanciamento.



O Estado de Santa Catarina adotou o cálculo de prazo médio e vida média similar ao utilizado pelo Tesouro Nacional. Para o **prazo médio** utiliza-se o valor presente dos fluxos de principal e juros da dívida como fator de ponderação dos prazos de cada fluxo (conceito de **Duration**). Para a **vida média** utiliza-se o valor presente dos fluxos apenas de principal, e não de juros (conceito de **ATM** - - **Average Time to Maturity**). O prazo médio, por utilizar tanto o principal como os juros para ponderar os prazos de vencimento é um indicador mais conservador. Por outro lado, o indicador de vida média é mais amplamente utilizado internacionalmente para comparações.

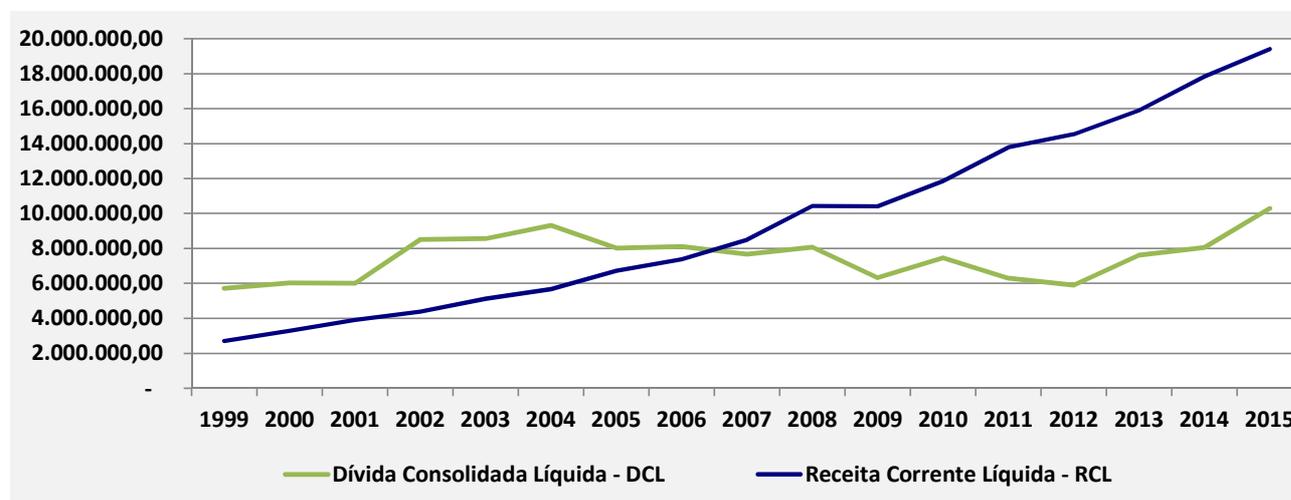
Assim, a estrutura de vencimentos da dívida referente aos empréstimos, em 31/12/2015, apresenta os seguintes indicadores:

- **Prazo Médio (anos): 6,78**
- **Vida Média (anos): 8,41**

2.12. Limites Legais de Endividamento

O Estado tem como limite de endividamento duas vezes a sua Receita Corrente Líquida (200%). Ao longo dos anos, o Estado reduziu a relação entre a Dívida Consolidada Líquida - **DCL** e a Receita Corrente Líquida - **RCL**. A tendência de redução ocorrida entre o exercício de 2006 até o exercício de 2012 esteve relacionada ao crescimento significativo da arrecadação do Estado nestes exercícios, acima dos índices de inflação e também a variação negativa do IGP-DI em 2009, fruto da crise econômica mundial. Esta relação, que **em 1999 apontava 211,16%** de comprometimento, **foi reduzida para 53,04%** ao final do terceiro quadrimestre de 2015.

Gráfico 02 - Receita Corrente Líquida Versus Dívida Consolidada Líquida
1999 a 2015* - R\$ mil

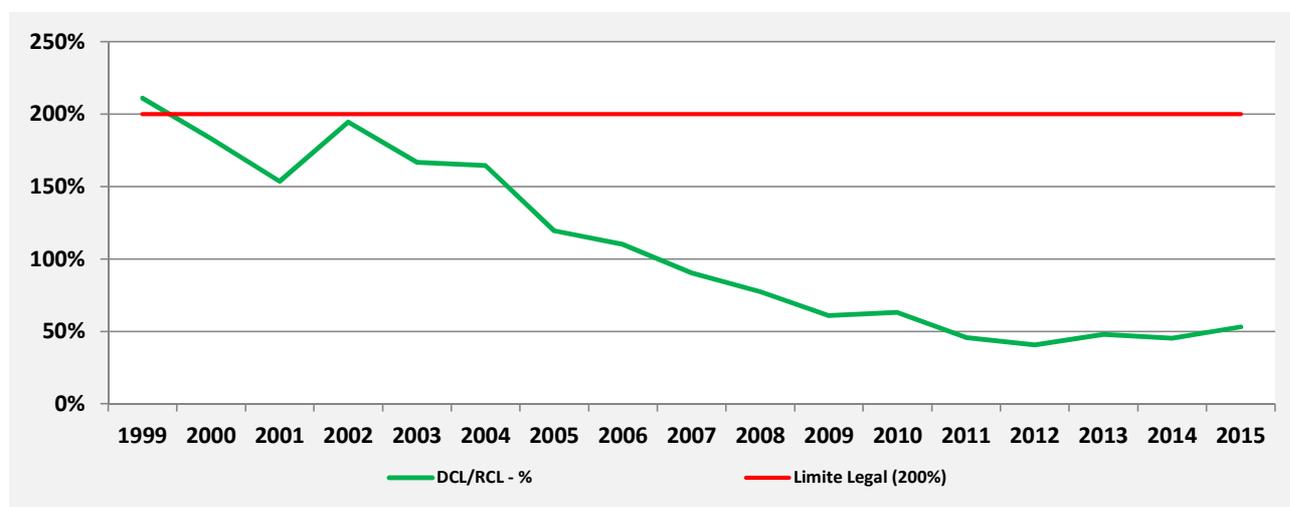




O limite de endividamento do Estado é acompanhado mensalmente pela Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, buscando obter uma curva decrescente dos níveis de endividamento.

No gráfico a seguir verifica-se a redução da relação da DCL/RCL, mantendo-se bem inferior ao limite de 200% fixado pela Resolução nº 40/2000, do Senado Federal.

Gráfico 03 - % Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida – 1999 a 2015



No final deste relatório encontra-se o **Item 6 – Dados Comparativos dos Estados** – com as informações referentes aos limites de endividamento de todas as Unidades da Federação, bem como de resultado primário, de estoque da dívida e outros.

2.13. Dívida com a União - Intralimite

Para fins de pagamento da dívida, o montante é dividido em dívida **intralimite** e **extralimite**. Considera-se dívida intralimite aquela renegociada com a União, cujo pagamento mensal é estipulado em **13% da Receita Líquida Real – RLR** (a RLR para o mês de pagamento é a média das RLRs mensais dos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior ao de apuração), podendo gerar resíduos caso o montante decorrente do percentual de 13% não comporte o total da parcela mensal a ser quitada. Considera-se dívida **extralimite** aquela com pagamento não vinculado a Receita Líquida Real.

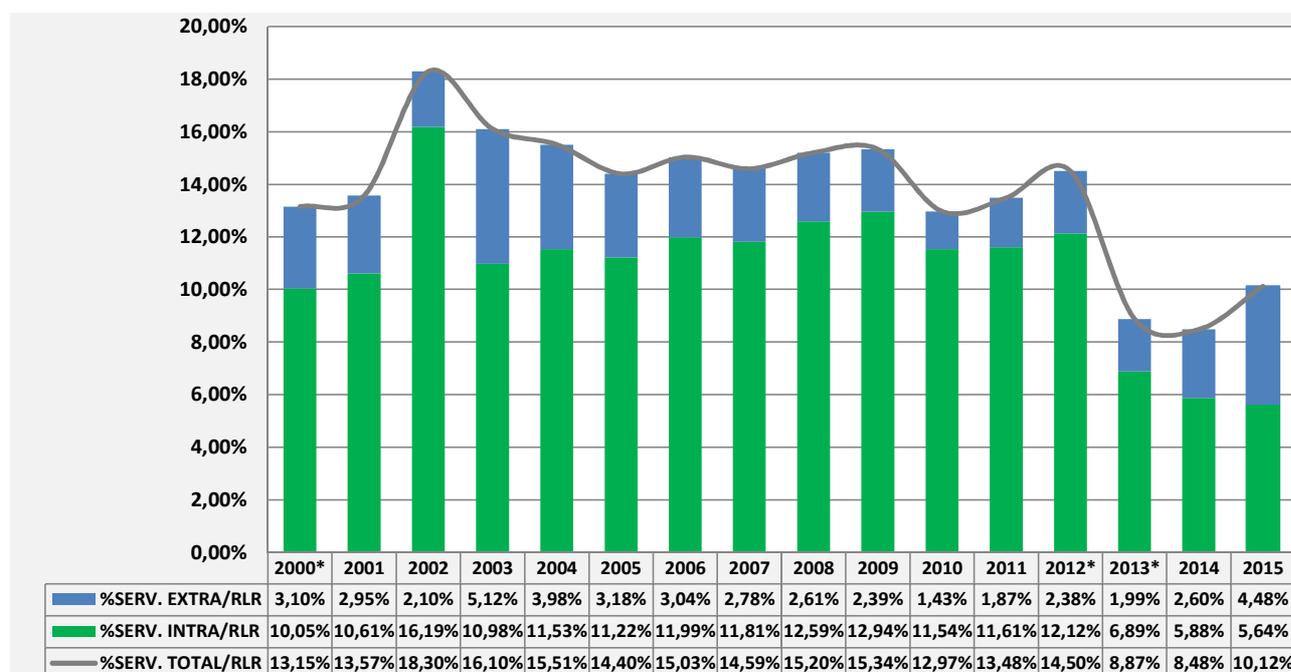
Dentre as dívidas intralimite, além da Dívida decorrente da Lei nº 9.496/97, Santa Catarina possui mais duas dívidas intralimite, que são as dívidas refinanciadas com amparo na Lei nº 8.727/93 e a DMLP – Dívida de Médio e Longo Prazo.



Até dezembro de 2012, o serviço da dívida com a União que ultrapassasse o limite de 13% **transformava-se em resíduo**. A partir de dezembro de 2012, com o refinanciamento do resíduo da dívida referente à Lei nº 9.496/97 (empréstimo com o Bank Of America Merrill Lynch), o **percentual de comprometimento da RLR com o pagamento do serviço da dívida intralimite foi reduzido de 12,12%, em 2012, para 6,89% em 2013, 5,88% em 2014 e 5,64% em 2015**, conforme gráfico a seguir.

Por outro lado, o ganho financeiro no fluxo de caixa decorrente das renegociações deverão ser reduzidos a partir do vencimento das carências dos novos contratos firmados. Cabe ainda frisar que **a partir dessa renegociação não houve mais acúmulo de resíduo**.

Gráfico 04 - Histórico do Serviço da Dívida intra e extra limite em relação à RLR (%) – 2000-2015



***Nota:** Para uma melhor comparação entre os anos da série foram deduzidos os valores referentes à amortização extraordinária da Conta Gráfica no ano de 2000, no valor de R\$ 572.104.288,00, bem como os valores referentes ao refinanciamento do resíduo da dívida da Lei nº 9.496/97, no valor de R\$ 1.478.126.976,41 no ano de 2012, e ao refinanciamento da dívida da CELESC, no valor de R\$ 978.662.621,51 em 2013.

A seguir são descritas es recentes renegociações da dívida.



2.14. Renegociações da Dívida

2.14.1 Dívida com a União – Lei Federal nº 9.496/97

O Contrato 012/98/STN/COAFI (Lei nº 9.496/97) é intralimite, ou seja, o Estado tem como teto mensal para o pagamento dessa dívida 13% da sua Receita Líquida Real – RLR. Como no passado o percentual de 13% da RLR não cobria a parcela mensal calculada pela Tabela Price, o contrato vinha acumulando resíduo cujo montante em 30/11/2012 era de R\$ 1.381 milhões, já computados no saldo do contrato a pagar, o que comprometia investimentos com recursos próprios.

Em **27 de dezembro de 2012**, o Estado de Santa Catarina firmou um acordo de crédito com o **Bank of America Merrill Lynch**, com garantia da União, no valor de **U\$ 726,4 milhões** (R\$ 1.478 milhões) para quitação do resíduo, juros e correção (R\$ 1.400,6 milhões) e amortização extraordinária do principal (R\$ 19,6 milhões), reduzindo assim, o desembolso mensal, o que possibilitou ao Estado uma folga de caixa inicial significativa, ampliando a sua capacidade de investimento, além de proporcionar uma melhoria na trajetória da dívida do Estado. O prazo total desse contrato é de 120 meses, com 18 meses de carência. Os pagamentos são semestrais com taxa de juros de 4% ao ano mais a variação cambial do Dólar americano.

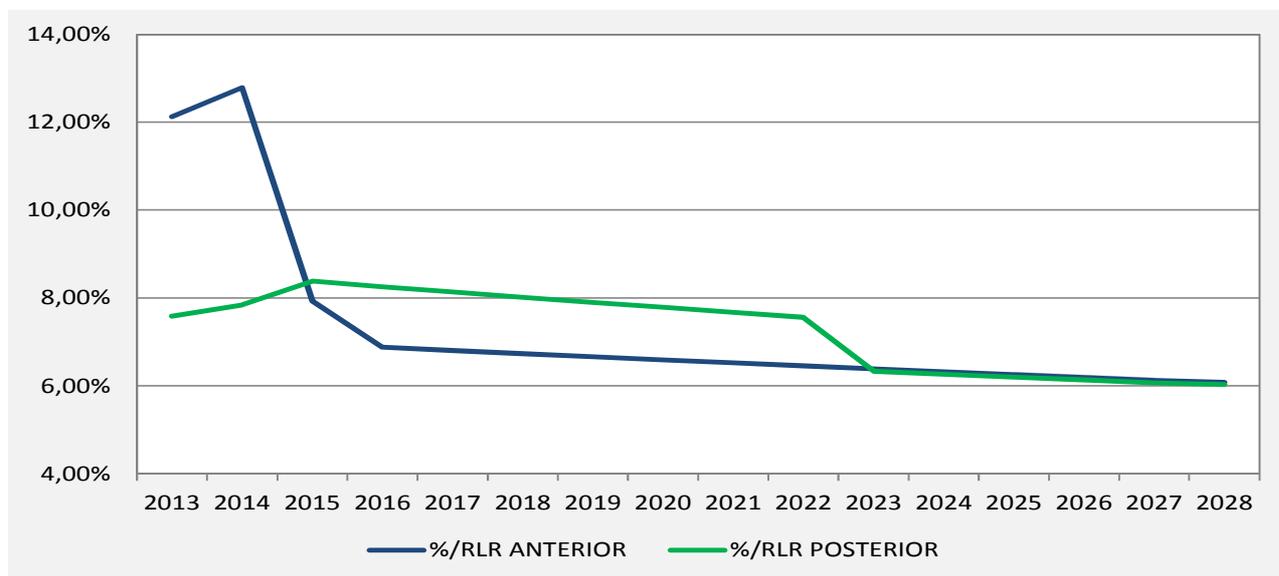
O gráfico a seguir mostra o comparativo, na data da operação de refinanciamento, do serviço da dívida da Lei 9.496/97 como percentual da RLR, antes e depois do refinanciamento do resíduo. Percebe-se que, na situação anterior, havia uma concentração elevada de esforço fiscal nos primeiros anos. Já na situação posterior ao refinanciamento, os pagamentos localizados nos primeiros anos são transferidos para um período mais longo. Em ambos os casos, a trajetória da relação serviço da dívida/RLR é decrescente a partir de 2015.

No gráfico a seguir é possível ver o esforço que o Estado teria que fazer para o pagamento da prestação da Lei Federal nº 9.496/97, caso mantivesse a situação anterior. Somente com esta operação intralimite, o Estado comprometeria a sua RLR em 2013 e 2014 nos percentuais de 12,24% e 12,91%, respectivamente. De outra forma, com a captação dos recursos para o pagamento do resíduo, a projeção inicial realizada na data do refinanciamento mostrava uma significativa **redução deste percentual de comprometimento, indicando que passaria para 7,65% e 7,90%** em 2013 e 2014, respectivamente.

Já os números efetivamente realizados em 2013 e 2014 foram de **6,12%** e **5,70%**, respectivamente, ficando abaixo dos números inicialmente projetados.



Gráfico 05 - Serviço da dívida (Lei 9.496/97) como percentual da RLR - anterior e posterior ao refinanciamento do resíduo – %



A tabela a seguir apresenta a síntese do contrato 012/98/STN/COAFI (Lei Federal nº 9.496/97) até o terceiro quadrimestre de 2015, ou seja, já com o impacto da quitação do resíduo em 2012. O Estado contraiu de empréstimo R\$ 4,16 bilhões, pagou até dezembro de 2015 R\$ 12,95 bilhões e ainda fechou o ano de 2015 com uma dívida de R\$ 9,08 bilhões.

**Tabela 09 - Síntese do Contrato 012/98/STN/COAFI (LF nº 9.496/97)
Posição em Dezembro - 2015 – R\$**

Síntese do Contrato 012/98/STN/COAFI (Lei nº 9.496/97):	R\$
1) Contrato Inicial	1.552.400.375,83
2) Pagamento da Conta Gráfica	147.797.674,64
3) Incorporações ao contrato (BESC/IPESC/BESCR/ CVS/FUDESC)	4.013.582.734,18
4) Total Contratado = (1) – (2) + (3)	5.418.185.435,37
5) Correção (Atualização/IGP-DI + juros/6%)	10.322.171.355,76
6) Pagamentos Efetuados:	12.950.001.234,69
6.1) Amortização	5.394.212.152,33
6.1.1) Amortização Acumulada	3.935.662.988,37
6.1.2) Amortização Extraordinária em 27/12/2012	77.500.391,49
6.1.3) Amortização Total do Resíduo em 27/12/2012	1.381.048.772,47
6.2) Juros	7.540.836.503,24
6.2.1) Juros do resíduo	1.413.188.472,85
6.2.2) Juros do contrato	6.127.648.030,39
6.3) Encargos	14.952.579,12
7) Saldo a Pagar = (2) + (4) + (5) – (6.1) – (6.2.1)	9.080.753.840,59



Atualmente está em debate a alteração dos critérios de indexação dos contratos de refinanciamento de dívidas celebrados com a União, nos termos da Lei Federal nº 9.496/97.

Atendendo antigo apelo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a atuação do Grupo de Gestores das Finanças Estaduais – GEFIN, órgão de assessoramento do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), foi aprovada Lei Complementar Federal (LCF) nº 148, em 25 de novembro de 2014, que alterou artigos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como alterou a Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

As novas regras introduzidas pela LCF nº 148/2014, já com as alterações ditas pela LCF nº 151, de 05 de agosto de 2015, autorizam o Governo Federal a modificar o indexador e a taxa de juros dos contratos firmados com base na Lei Federal nº 9.496/97. As alterações legais permitem que sejam firmados aditivos aos contratos decorrentes da Lei Federal nº 9.496/97 para a alteração do indexador atual, IGP-DI, para o IPCA, bem como dos juros atuais, de 6% ao ano no caso Catarinense, para 4% ao ano, sendo o somatório de ambos limitados à Selic. Essa regra deve ser aplicada com retroatividade de cálculo desde janeiro de 2013 (art. 2º da LC 148/2015).

Além da mudança de indexador anteriormente citada, o art. 3º da Lei Complementar nº 148/14 também autorizou a União a conceder descontos sobre os saldos devedores dos referidos contratos **“em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos respectivos contratos, observadas todas as ocorrências que impactaram o saldo devedor no período”**.

A Lei Complementar nº 148/2014 foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015. Esse Decreto dispõe, entre outras coisas, sobre os critérios da alteração do indexador do referido contrato de financiamento, e sobre os procedimentos para a formalização dos termos aditivos que se refere à LCF nº 148/2014.

O Decreto Federal nº 8.616 dispõe também sobre a metodologia de cálculo referente ao desconto sobre o saldo devedor de 1º de janeiro de 2013, e sobre a alteração do indexador e dos juros, passando de IGP-DI mais 6% ao ano para IPCA mais 4% ao ano, conforme a Lei Complementar nº 148/2014. Cabe ainda destacar que os efeitos financeiros decorrentes da aplicação das novas regras fixadas pela LCF nº 148/2014 serão abatidos do saldo devedor do contrato e as projeções internas indicam ganhos para o Estado, tanto no abatimento do saldo devedor como na redução do desembolso mensal.

Por essa metodologia e segundo os cálculos efetuados pelo Banco do Brasil, que utiliza a taxa Selic capitalizada (juros sobre juros), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, o saldo devedor em 31/12/2012 totalizaria o montante de R\$ 9.519.546.455,81.

Portanto, ao invés de conceder um desconto com prescreve a LC 148/2014, a utilização da Selic capitalizada traria um impacto ainda mais negativo do que os juros contratuais vigentes. Pelas regras vigentes o saldo devedor em 31/12/2012 importou em R\$ 8.567.399.851,06, portanto, menor que o saldo recalculado com base na Selic capitalizada.

Cabe ainda destacar que a **Selic capitalizada é utilizada pelas regras contratuais vigentes como PUNIÇÃO**, conforme contido na **Cláusula Décima Nona do Contrato 012/98/STN/COAFI**, que prevê que o descumprimento pelo Estado de qualquer das obrigações assumidas, incluindo o



atraso de pagamento, implicará na substituição dos encargos financeiros por encargos equivalentes ao custo médio de captação da dívida mobiliária interna do Governo Federal (taxa Selic).

Portanto, totalmente descabida a proposta de utilizar a Selic capitalizada para apurar o benefício do recálculo do desconto previsto no artigo 3º da LC 148/2014, pois naquele artigo está previsto a utilização da “variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos respectivos contratos, observadas todas as ocorrências que impactaram o saldo devedor no período” (visa proporcionar desconto aos entes, ou seja, ser mais benéfico do que as condições atuais).

No tocante a aplicação do art. 2º da LCF nº 148/2014, que estabelece recálculo dos valores pagos com base nos novos indexadores, ou seja, a utilização do IPCA + 4% ao ano, em substituição ao IGP-DI + 6% ao ano, que estão previstos no contrato atual (Contrato STN/COAFI 12/98 – amparado pela Lei federal nº 9.496/97), os cálculos do Banco do Brasil foram realizados tomando-se como base o saldo devedor do contrato em 31/12/2012, calculado pelas regras vigentes (R\$ 8.567.399.851,06), ou seja, **sem qualquer desconto a ser concedido ao Estado em decorrência do regramento previsto no art. 3º da LC 148/2014.**

Os cálculos apresentados pelo BB indicaram um abatimento no período de 01/01/2013 até 01/11/2015 (data dos cálculos realizados pelo BB) no montante **de R\$ 392.343.825,90**. Nos cálculos do Banco do Brasil a prestação mensal teria uma redução de cerca de R\$ 11 milhões.

No entendimento da DICD, o critério para acumulação da Taxa Selic deve ser análogo aos que são utilizados pela Receita Federal do Brasil no Parcelamento do PASEP e outros parcelamentos de dívidas tributárias com a União, introduzidos pelas Leis federais nº 12.810, de 15 de maio de 2013 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Por esse entendimento, deve se utilizar a variação acumulada da taxa Selic sobre todas as amortizações, ou seja, mensalmente o serviço pago foi dividido em amortização e encargos da Selic (acumulada sem capitalização até a data do pagamento). A amortização calculada foi abatida do saldo devedor, com atualização mensal.

Nesta forma de cálculo, o valor do saldo devedor em 31/12/2012 seria de R\$ 1.497.913.324,23 e a quitação total do saldo devedor ocorreria outubro de 2014.

A Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública entende que há espaço para discutir os critérios de cálculo a serem utilizados para o cumprimento do art. 3º da LC nº 148/14, que devem considerar metodologia análoga à estabelecida no parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), à exemplo do que prevê a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3/13, conforme seu art. 9º, §2º, que versa:

§ 2º Sobre o valor das parcelas incidirão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente a partir do 1º



(primeiro) mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.¹

Como o Decreto nº 8.616/2015 prevê que o cálculo do desconto previsto no art. 3º da LCF 148 deve ser apurado com a utilização da Selic para títulos públicos federais (Selic capitalizada), entendemos que caberia uma avaliação jurídica quanto a aplicação do princípio da “vantajosidade” embutido na LC 148/2014 (art. 2º da LCF nº 148/2014), uma vez que a lei foi aprovada para proporcionar benefícios aos estados e municípios, sendo que a interpretação dada pela União no Decreto nº 8.616/2015 é muito prejudicial ao Estado, pois aplica a regra atualmente vigente para a punição do Estado em caso de descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, incluindo atraso de pagamento (Selic capitalizada - anatocismo - juros sobre juros).

2.14.2 Refinanciamento do Contrato 016 - BNDES/CRC-CELESC

O Contrato 016-BNDES/CELESC-CRC 080 PGFN era extralimite, ou seja, o seu valor não estava incluído no percentual mensal de 13,00% da Receita Líquida Real – RLR (limite máximo de pagamento dos contratos de refinanciamento com a União). O montante da Dívida Pública do Estado referente a esse contrato, **em 30 de junho de 2012, totalizava o montante de R\$ 982.301.128,71**. Com a atualização mensal deste contrato (correção monetária) pelo INPC, além dos juros de 6,8082% ao ano, o Estado pagou, de julho de 2012 a março de 2013, R\$ 99.268.255,65. E mesmo com esse pagamento, continuava devendo, em 31 de março de 2013, o montante de R\$ 982.816.986,88, ou seja, R\$ 515.858,17 a mais que em julho de 2012.

O Estado de Santa Catarina entendeu ser possível reduzir o desembolso mensal com essa dívida e, ao mesmo tempo, proporcionar um fluxo mais ordenado de pagamentos. Para isso buscou o alongamento da dívida e a utilização de condições de juros e correção mais adequados à conjuntura econômica atual, a fim de elevar a capacidade de endividamento do Estado, auxiliando na obtenção de novas operações de crédito para investimentos.

Em 2012, o Governo do Estado iniciou contatos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, na busca dos recursos destinados a Santa Catarina por ocasião da aprovação da Resolução nº 13/2012 do Senado Federal, que unificou em todo território nacional a alíquota do ICMS na importação de mercadorias. A União sinalizou a disponibilização de R\$ 3 bilhões para que o Estado pudesse realizar operações de crédito junto ao BNDES, **com custo de 0,8% ao ano mais TJLP (estava em 5% a.a. naquela data) e carência de 7 (sete) anos**. Desse total, R\$ 979,6 milhões foram destinados para a quitação do contrato 016-BNDES/CELESC-CRC 080/PGFN, de 27/09/2002, constituindo-se em uma nova operação de crédito, contrato 030 - BNDES Acelera Santa Catarina/Subcrédito A, assinado em 04/04/2013.

A tabela a seguir mostra o comparativo das características das operações na situação anterior e na situação atual:

¹ Portaria nº 3/2013 reproduz a metodologia de cálculo da Lei Federal nº 10.522/02, alterada pela Lei Federal nº 11.941/09.



**Tabela 10 - Características dos Contratos da Dívida BNDES/CELESC
Situação Anterior e Situação Atual**

Características	Situação Anterior	Situação Atual
	Contrato 016 - BNDES 080/PGFN	Contrato 030 - BNDES AC SC - SUBCRÉDITO A
Valor Total (R\$)	979.662.621,51	979.662.621,51
Data da Assinatura	27/09/2002	04/04/2013
Taxa de Juros	6,828% a.a.+ INPC (7,20% a.a.)	0,8% a.a. + TJLP (5,00% a.a.)
Taxa Total	14,028% a.a.	5,8% a.a.
Carência	-	7 ANOS
Sistema de Amortização	PRICE	SAC

Na contratação dessa nova operação de crédito **projetou-se um fluxo de caixa nominal positivo até 2022 de aproximadamente R\$ 940 milhões em razão das condições contratuais.**

2.14.3 Parcelamento Tributário: INSS – Lei Federal nº 11.941/2009 e Lei nº 12.180/2013

O parcelamento tributário previsto na Lei Federal nº 11.941/2009 possibilitou ao Estado efetuar o parcelamento de débitos junto à Receita Federal do Brasil - RFB e à Procuradoria Geral Fazenda Nacional – PGFN em até 180 vezes com reduções dos valores de juros, de multas e de encargos legais. À época da consolidação dos débitos (junho e julho de 2011), o Estado obteve uma **redução de R\$ 85,5 milhões** de uma dívida de 513,1 milhões e a regularidade fiscal dos órgãos e entidades do Estado. Aderiram ao parcelamento 20 órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Dos órgãos que aderiram ao parcelamento da Lei Federal nº 11.941/2009, a maioria já quitou seus débitos, tendo em vista que os valores eram menos representativos em relação ao todo.

Dentre os órgãos com parcelamento **em andamento**, a Secretaria de Estado da Educação (SED), a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e o Fundo Estadual de Saúde (FES), migraram seus parcelamentos da Lei Federal nº 11.941/2009 para o parcelamento da Lei Federal nº 12.810/2013, que concedia benefícios fiscais e prazos maiores. Oportunamente foram incluídos novos débitos da Secretaria de Estado da Saúde - SES, avaliados pela PGE com remotas chances de êxito. O benefício fiscal apurado com a migração foi de **R\$ 97.874.185,76**. Já o benefício fiscal total concedido por ambas a Leis foi de **R\$ 203 milhões**.

A seguir os benefícios fiscais e prazos de cada Lei:

- **Lei nº 11.941/2009:** multa de mora e de ofício era de 60% e, dos juros de mora, de 25%, encargo legal, exclusive honorários advocatícios (100%). Prazo 180 vezes.
- **Lei nº 12.810/2013:** multa de mora e de ofício (100%), juros de mora (50%); Encargo Legal, inclusive honorários advocatícios, (100%). Prazo 240 vezes.

O pagamento das parcelas é feito por meio da retenção do FPE e atualizado mensalmente pela Taxa SELIC. Atualmente o Estado vem sofrendo retenção do FPE mensais de R\$ 1.162.239,99.



2.14.4 Parcelamento Tributário (PASEP) – MP nº 574/2012 e Lei nº 12.810/2013

Em meados de agosto de 2012 a Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - DICD iniciou trabalho para parcelamento de débitos referente ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, que vinham sendo questionados na justiça desde 2005 (Ações Ordinárias Cíveis - ACOs nºs 783 e 823), objetivando redução de juros (25%), multa (60%) e encargos legais (100%), nos termos da Medida Provisória - MP Federal nº 574, de 28 de junho de 2012, regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 4/2012 e nº 5/2012.

Com o advento da Lei Federal nº 12.810/2013, cujos benefícios fiscais eram mais atrativos, conforme outrora mencionado, o Estado decidiu pela migração do parcelamento deferido da MP nº 574/2012 (PASEP) para o parcelamento da Lei Federal nº 12.810/2013 (PASEP), porém dos processos migrados, 2 (dois) foram indeferidos.

Assim, foi necessário que a Procuradoria Geral do Estado – PGE impetrou Mandado de Segurança – MS (Nº 5016828-14.2013.404.7200/SC) para inclusão dos débitos no referido parcelamento, uma vez que a MP nº 574/2012 tratou a multa na sua forma genérica e não na sua espécie, na qual foi deferida liminar no MS 504.0601.09.2013.404.7000 (PR) em segunda instância, proferida no Agravo de Instrumento (AI) 5024359.23.2013.404.0000. A decisão foi confirmada em acórdão junto ao TRF4 Região. A União apresentou Embargos de Declaração em 03/12/2015, sendo o processo concluso para despacho em 16/12/2015.

Em valores estimados, **apurou-se uma redução de R\$ 101 milhões de uma dívida de R\$ 304 milhões**. O valor da parcela vem sendo atualizada pela Taxa Selic e paga mensalmente pelo Estado.

2.15. Restos a Pagar

Restos a Pagar são as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Processadas são as despesas inscritas em restos a pagar, liquidadas e não pagas. Não Processadas, são as despesas empenhadas e não liquidadas.

A dívida decorrente dos Restos a Pagar, que por longos anos foi o grande vilão na gestão orçamentária e financeira do Estado, a partir do exercício financeiro de 2003 teve o valor mantido sobre rigoroso controle, evitando a velha prática dos “orçamentos paralelos”.

A partir de 2003 foi implementada no Estado de Santa Catarina a prática de editar anualmente, por Decreto, *procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento, à conta de Despesa de Exercício Anterior*, com vistas ao cumprimento das normas de Direito Financeiro estabelecidas na legislação federal e estadual de regência da matéria. Também anualmente, a Secretaria de Estado da Fazenda edita Portaria constituindo Comissão destinada a promover a avaliação dos empenhos que poderão ser inscritos em Restos a Pagar no exercício, nos termos estabelecidos na legislação vigente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

Em linhas gerais, somente se permite a inscrição em Restos a Pagar das despesas de competência do exercício financeiro, considerando-se como despesa liquidada aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante; e não liquidada, mas de competência do exercício, aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor.

Essa prática rompeu com o velho costume de empenhar todos os compromissos, independentemente de recursos disponíveis, gerando orçamentos concorrentes (ou paralelos) com o do exercício. Essas medidas surtiram efeito muito positivo no gerenciamento do estoque de **Restos a Pagar**, que até **dezembro de 2015 representou 2,85% da receita total, com o montante de R\$ 647 milhões**.

Conforme segue, o montante inscrito anualmente em Restos a Pagar, processados e não processados, em que pese o incremento em 2015, vem se mantendo sob controle, conforme série histórica de 1998 a 2015, a seguir demonstrada:

Tabela 11 - Restos a Pagar Inscritos - Período 1998-2015 – R\$

Ano	1- Processados	2-Não Processados	3-Restos a Pagar	4-Receita Orçamentária	% (3/4)
1999	55.868.078,25	139.037.692,05	194.905.770,30	3.832.705.482,96	5,09%
2000	79.597.815,59	176.198.538,22	255.796.353,81	5.664.685.732,44	4,52%
2001	61.712.005,97	226.406.301,65	288.118.307,62	5.078.829.617,05	5,67%
2002	132.316.579,42	221.801.637,66	354.118.217,08	5.894.947.690,80	6,01%
2003	85.914.908,33	390.187.732,15	476.102.640,48	5.519.916.619,16	8,63%
2004	152.479.777,10	190.760.941,66	343.240.718,76	6.029.278.584,96	5,69%
2005	154.547.883,29	138.333.452,83	292.881.336,12	7.172.714.041,46	4,08%
2006	105.683.144,60	152.582.047,23	258.265.191,83	7.845.362.807,80	3,29%
2007	59.095.851,70	199.463.395,87	258.559.247,57	9.300.955.511,89	2,78%
2008	24.984.120,50	215.902.271,21	240.886.391,71	11.538.547.205,84	2,09%
2009	91.234.456,54	217.503.659,95	308.738.116,49	11.506.271.961,72	2,68%
2010	45.761.398,68	262.523.024,93	308.284.423,61	13.168.918.579,60	2,34%
2011	46.368.983,82	382.413.888,68	428.782.872,50	15.259.959.632,65	2,81%
2012	47.037.694,20	346.177.758,93	393.215.453,13	17.747.821.302,96	2,22%
2013	99.421.067,95	575.717.907,84	675.138.975,79	19.650.192.808,70	3,44%
2014	57.232.899,00	437.748.493,65	494.981.392,65	21.612.110.504,27	2,29%
2015	191.767.637,91	455.426.041,67	647.193.679,58	22.741.779.433,00	2,85%

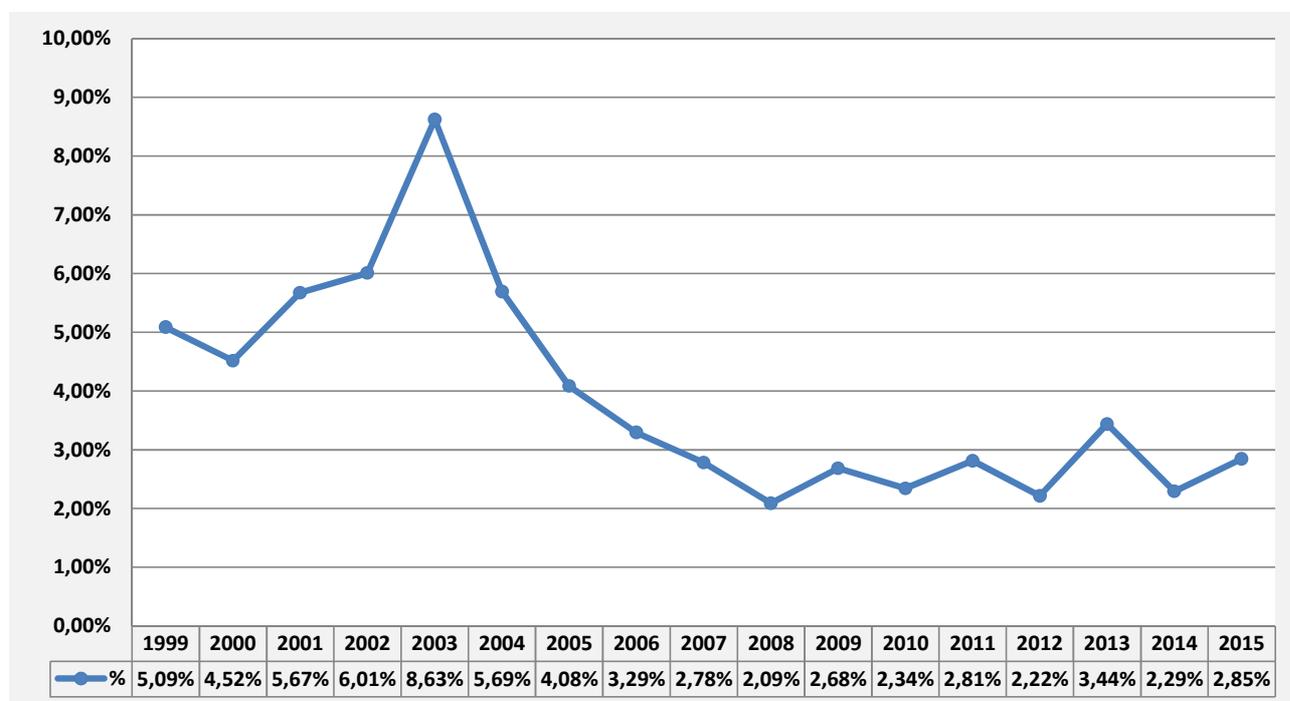
Fonte: Balanço Geral do Estado e Anexo VI do RGF.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do percentual de restos a pagar em relação à receita orçamentária entre os anos de 1998 e 2015, conforme a última coluna da Tabela 11:



Gráfico 06 - Percentual de Restos a Pagar sobre a Receita Orçamentária

Anos 1998 a 2015 - %



A comissão constituída para a avaliação das despesas que podem ser inscritas em Restos a Pagar pode questionar os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta a respeito da regularidade de despesas empenhadas e que não tenham previsão de liquidação até 31 de janeiro do exercício seguinte, buscando evitar a inscrição de valores em restos a pagar não processados que venham a ser cancelados. As despesas empenhadas e não liquidadas, mas de competência do referido exercício financeiro, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, devem ser liquidadas até o dia 31 de janeiro do exercício financeiro subsequente. Transcorrida essa data sem que tenha havido o cancelamento dos Restos a Pagar Não Processados pelo órgão ou entidade, caberá à **Diretoria de Auditoria Geral - DIAG**, da Secretaria de Estado da Fazenda fazê-lo, de acordo com o que estabelece o art. 133, § 4º, da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007.

Essa prática de gestão dos Restos a Pagar ainda necessita ser aperfeiçoada, principalmente ser melhor assimilada pelos gestores, **pois 38,73% dos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados entre 2008 e 2015 foram cancelados**. É importante destacar que o cancelamento de Restos a Pagar referente ao exercício de 2015 ocorre, em grande parte, em 31/01/2016.



Tabela 12 - Inscrição e Cancelamento de Restos a Pagar – R\$

Restos do Ano	Inscrição	Cancelamento	%Cancelado
Processados	603.808.258,60	14.126.516,11	2,34%
2008	24.984.120,50	1.627.355,69	6,51%
2009	91.234.456,54	2.168.721,16	2,38%
2010	45.761.398,68	672.440,49	1,47%
2011	46.368.983,82	1.393.923,35	3,01%
2012	47.037.694,20	2.674.252,98	5,69%
2013	99.421.067,95	4.532.657,68	4,56%
2014	57.232.899,00	1.057.164,76	1,85%
2015	191.767.637,91	0,00	0,00%
Não Processados	2.893.413.046,86	1.120.535.809,70	38,73%
2008	215.902.271,21	80.923.896,44	37,48%
2009	217.503.659,95	90.226.415,12	41,48%
2010	262.523.024,93	124.522.276,87	47,43%
2011	382.413.888,68	155.755.223,90	40,73%
2012	346.177.758,93	179.578.189,62	51,87%
2013	575.717.907,84	266.835.049,50	46,35%
2014	437.748.493,65	222.694.758,25	50,87%
2015	455.426.041,67	0,00	0,00%
Total	3.497.221.305,46	1.134.662.325,81	32,44%

Fonte: SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal e Anexo VI do RGF.

2.16. Precatórios

Precatórios consistem em requisições de pagamento que são emitidos pelo Poder Judiciário determinando a importância em que a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa (física ou jurídica) o direito Constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvadas as preferências definidas nos §§ 1º e 2º do art. 100 da CF (Emenda Constitucional - EC 62/2009).

O procedimento para o pagamento está previsto no art. 100 da Constituição Federal, no art. 97 do Ato das Disposições Transitórias - ADCT e na Resolução nº 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, alterada posteriormente pela Resolução nº 123/2010.



O Estado de Santa Catarina aderiu ao Regime Especial previsto no art. 97 do ADCT, ou seja, a partir de 2010 o saldo de precatórios (vencidos e a vencer) deveria ser pago em até 15 anos (Decreto nº 3.061/2010), sendo 50% (cinquenta por cento) do pagamento anual para pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências definidas nos §§ 1º e 2º do art. 100 da CF, e o restante para pagamento de precatórios por meio de leilão, de ordem única e crescente de valor por precatório e de acordo direto com os credores.

O Estado editou os seguintes instrumentos legais acerca da matéria:

- Decreto Estadual nº 3.061, de 8/03/2010, alterado pelo Decreto nº 2057, de 28/02/2014, que dispõe sobre a instituição do **Regime Especial** de pagamento de precatórios a que se refere o art. 97 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009;
- Decreto Estadual nº 3.379, de 14/07/2010, e Decreto nº 228, de 13/05/2011, que dispõe sobre a forma de **aplicação dos recursos** financeiros depositados em conta especial para pagamento de precatórios nas modalidades referidas no § 8 do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009;
- Lei Estadual nº 15.300, de 13/09/2010, que dispõe sobre a **compensação** de dívida da Fazenda Pública decorrente de precatório pendente de pagamento com crédito tributário e outros créditos, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 3.591, de 25/10/2010;
- Lei nº 15.693, de 21/12/2011, que criou a **Câmara de Conciliação de Precatórios**, que autoriza o Estado a promover acordos diretos para pagamento de precatórios com redução, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 901, de 28/03/2012.
- Decreto nº 2.057, de 26/02/2014, que "altera e acresce dispositivo ao Decreto nº 3.061, de 2010". O art. 1º do Decreto nº 3.061, de 2010 passou a vigorar acrescido do § 2º com a seguinte redação: "§ 2º O montante anual devido será repassado em uma ou mais parcelas, até o mês de outubro do respectivo exercício, ou em parcelas mensais de 1/12 avos." (NR).

A EC 62/2009, que estabeleceu os novos regimes de pagamento de precatórios, está em vigor desde o exercício de 2010 e suas regras vinham sendo aplicadas aos entes federados há cinco exercícios. Porém, no âmbito do julgamento das ADIs 4357, 4372, 4400 e 4425, alguns dispositivos da EC 62/2009 foram julgados inconstitucionais. Em suma, esses dispositivos versam sobre:

- pagamentos parcelados em 15 anos ou mediante percentual vinculado a Receita Corrente Líquida, conforme Regime Especial previsto pela EC;
- correção das dívidas em precatórios pelos índices da poupança;
- índice dos juros moratórios nas repetições de indébito;



- a realização de compensações com créditos tributários;
- a realização de compensações unilaterais de débitos da Fazenda Pública;
- pagamento de precatórios em ordem única e crescente de valor;
- transações entre credores e devedores, implementadas mediante acordos diretos e leilões e;
- modificação da condição de prioridade para os créditos alimentares.

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu no dia 25/03/2015 o julgamento da questão de ordem sobre a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade da emenda constitucional que instituiu o último regime de pagamento de precatórios, a EC 62/2009.

A decisão do STF na “questão de ordem nas ADIs 4.357 e 4.425, em síntese, foi a seguinte:

Decisão: *Concluindo o julgamento, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto, ora reajustado, do Ministro Luiz Fux (Relator), resolveu a questão de ordem nos seguintes termos:*

- 1** *modular os efeitos para que se dê sobrevida ao regime especial de pagamento de precatórios, instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009, por 5 (cinco) exercícios financeiros a contar de primeiro de janeiro de 2016;*
- 2** *conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade dos seguintes aspectos da ADI, fixando como marco inicial a data de conclusão do julgamento da presente questão de ordem (25.03.2015) e mantendo-se válidos os precatórios expedidos ou pagos até esta data, a saber:*
 - 2.1** *fica mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015, data após a qual (i) os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e (ii) os precatórios tributários deverão observar os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários; e*
 - 2.2** *ficam resguardados os precatórios expedidos, no âmbito da administração pública federal, com base nos arts. 27 das Leis nº 12.919/13 e Lei nº 13.080/15, que fixam o IPCA-E como índice de correção monetária;*
- 3** *quanto às formas alternativas de pagamento previstas no regime especial:*
 - 3.1** *consideram-se válidas as compensações, os leilões e os pagamentos à vista por ordem crescente de crédito previstos na Emenda Constitucional nº 62/2009, desde que realizados até 25.03.2015, data a partir da qual não será possível a quitação de precatórios por tais modalidades;*



- 3.2 fica mantida a possibilidade de realização de acordos diretos, observada a ordem de preferência dos credores e de acordo com lei própria da entidade devedora, com redução máxima de 40% do valor do crédito atualizado*
- 4** *durante o período fixado no item 1 acima, ficam mantidas a vinculação de percentuais mínimos da receita corrente líquida ao pagamento dos precatórios (art. 97, § 10, do ADCT), bem como as sanções para o caso de não liberação tempestiva dos recursos destinados ao pagamento de precatórios (art. 97, § 10, do ADCT);*
- 5** *delegação de competência ao Conselho Nacional de Justiça para que considere a apresentação de proposta normativa que discipline:*
- i a utilização compulsória de 50% dos recursos da conta de depósitos judiciais tributários para o pagamento de precatórios e*
- ii a possibilidade de compensação de precatórios vencidos, próprios ou de terceiros, com o estoque de créditos inscritos em dívida ativa até 25.03.2015, por opção do credor do precatório, e*
- 6** *atribuição de competência ao Conselho Nacional de Justiça para que monitore e supervisione o pagamento dos precatórios pelos entes públicos na forma da presente decisão, vencido o Ministro Marco Aurélio, que não modulava os efeitos da decisão, e, em menor extensão, a Ministra Rosa Weber, que fixava como marco inicial a data do julgamento da ação direta de inconstitucionalidade. Reajustaram seus votos os Ministros Roberto Barroso, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 25.03.2015.*

As alterações que interferirão na dívida do Estado com precatórios são:

- o prazo de Regime Especial que foi fixado em 5 (cinco) anos a partir de 2016, mantendo-se válido os precatórios pagos e expedidos até 25/03/15;
- a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR) que está mantida até 25/03/2015, sendo que após esta data os créditos de precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e os precatórios tributários deverão observar os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários;
- as compensações, os leilões e os pagamentos à vista por ordem crescente de crédito, só são válidas se realizados até 25/03/2015, sendo que a partir desta data não poderá mais ser utilizado estas modalidades;
- a possibilidade de realização de acordos diretos fica mantida, observada a ordem de preferência, com redução máxima de 40% do valor do crédito atualizado.



As regras que definem as sanções aos entes que não cumprirem a liberação dos recursos foram mantidas sem alterações. De tal modo, na hipótese do ente Estadual não liberar tempestivamente os recursos previstos para o regime especial, poderá haver sequestro nas contas públicas até o valor não liberado, podendo o Chefe do Poder Executivo responder na forma da legislação de responsabilidade fiscal e improbidade administrativa. Adicionalmente, a entidade devedora ficará impedida de contrair empréstimos externo ou interno, assim como receber transferências voluntárias, enquanto perdurar a omissão; sendo certo que a União reterá os repasses relativos ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM, depositando tais verbas especiais para pagamento dos precatórios.

Em 2013, por meio da Procuradoria Geral do Estado, o estado ingressou com ação judicial apontando a existência de anatocismo nos cálculos exequendos dos precatórios referentes as Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) e obteve liminar favorável determinando que fosse excluído os valores controvertidos da base de cálculo para feito do cumprimento do artigo 97 do ADCT, da CF. Deste modo, no exercício de 2014 o Estado deveria ter repassado ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina o montante de R\$ 167.472.634,21, que representou 1/11 do saldo de precatórios a pagar em 2013, no entanto, devido a liminar o Estado repassou somente o valor de R\$ 131.293.443,70.

Em 2015, o Estado repassou o valor de R\$ 66.188.272,88. Nos últimos seis anos, o Estado repassou ao Tribunal de Justiça os seguintes valores:

Tabela 13 - Repasse de Recursos ao TJSC

Ano	Valor - R\$
2010	37.501.411,10
2011	42.398.226,48
2012	44.097.199,20
2013	99.352.464,36
2014	131.293.443,70
2015	66.188.272,88
TOTAL	420.831.017,72

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – SEF.

O estoque de precatórios a pagar está assim distribuído:



Tabela 14 - Precatórios a Pagar – Por Período - R\$

Precatórios a Pagar	2012	2013	2014	2015
Pessoal (2.1.1.1.1.03.01.00; 2.1.1.1.1.03.02.00; 2.2.1.1.1.02.01.00 e 2.2.1.1.1.02.02.00)	454.215.231,27	229.991.205,01	137.350.232,16	180.360.960,55
Benefícios Previdenciários (2.1.1.2.1.03.02.00 e 2.2.1.2.1.01.02.00)	-	196.142.358,67	193.170.716,11	223.504.789,21
Fornecedores (2.1.3.1.1.02.02.00 e 2.2.3.1.1.02.02.00)	819.040.387,15	1.437.605.508,28	1.510.040.036,45	1.655.150.397,75
Total	1.273.255.618,42	1.863.739.071,96	1.840.560.984,72	2.059.016.147,51

O detalhamento do estoque de precatório, com data de atualização em 31/12/2015, por Entidade Devedora é o seguinte:

Tabela 15 - Precatórios a Pagar por Entidade

Entidade Devedora	Posição em 31/12/2014	Posição em 31/12/2015	Evolução
	Valor - R\$	Valor - R\$	Varição (%)
Estado de SC, PGE (TRT – 12ª Região e TRF – 4ª Região)	1.512.825.144,81	1.699.876.928,99	12,36%
FCC	208.866,35	220.072,84	5,37%
FATMA	1.224.137,24	1.336.243,00	9,16%
JUCESC	11.838,56	12.545,78	5,97%
IMETRO	3.238.876,81	3.898.056,11	20,35%
EPAGRI	50.975,48	54.150,03	6,23%
FCEE	1.282.403,95	10.929.406,81	752,26%
UDESC	2.773.394,14	3.239.903,40	16,82%
IPESC/IPREV	471.189,33	542.475,90	15,13%
FUNDO FINANCEIRO	193.003.675,76	223.223.966,28	15,66%
DEINFRA	125.411.106,32	115.619.415,24	-7,81%
APSFS	59.375,97	62.983,13	6,08%
Total	1.840.560.984,72	2.059.016.147,51	11,87%

Assim, o Estado finalizou o terceiro quadrimestre de 2015 com uma dívida de precatórios a pagar de **R\$ 2.059.016.147,51**, ocorrendo um acréscimo de 11,87% no valor em relação ao terceiro quadrimestre de 2014.

Cabe mencionar que R\$ 1.357.098.632,76 do valor da dívida com precatórios são referentes aos processos judiciais das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC, o que equivale a aproximadamente 63% da dívida total com precatórios. Adiante, no item 2.16.4 aborda-se mais detalhadamente sobre as LFTSC.



2.17. Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar e publicar o Anexo de Riscos Fiscais que acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Estabelece que o administrador público adote ações planejadas que visem a minimizar riscos de desequilíbrio nas contas públicas, conforme regramento contido logo no seu art. 1º, parágrafo primeiro, a seguir:

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Na LRF, destaca-se esta exigência de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO contenha **Anexo de Riscos Fiscais**, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar o equilíbrio financeiro das contas públicas, com a informação quanto às providências a serem tomadas, caso se concretizem, impondo, inclusive, a constituição de Reserva de Contingência para o atendimento dos Passivos Contingentes e Riscos Fiscais, conforme segue:

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

...

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

2.16.1 Riscos Fiscais e Passivos Contingentes - Definição

Riscos Fiscais são a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas. São a possibilidade das receitas e despesas divergirem significativamente dos valores estimados no projeto de lei orçamentária anual.

Os Passivos contingentes referem-se à ocorrência de fato gerador no passado cujo efeito sobre o patrimônio futuro da entidade é incerto. Sua efetivação depende da ocorrência de fatos



externos, imprevisíveis, e de magnitude difícil de ser mensurada. Dentre os diferentes tipos de passivos contingentes, destacam-se, por seu volume e magnitude, aqueles que envolvam disputas judiciais. Entre os riscos com essas características encontram-se os processos judiciais movidos contra a Administração Pública Estadual.

Riscos Fiscais e Passivos Contingentes são despesas incertas ou eventuais, ou seja, envolvem um grau de incerteza quanto à sua efetiva ocorrência. Para que constem no Anexo de Riscos Fiscais da LDO, riscos fiscais e passivos contingentes deverão ser capazes de afetar as contas públicas. Portanto, riscos fiscais e passivos contingentes são todos os atos ou fatos que podem levar o administrador público a ter um desembolso inesperado.

Para o atendimento da LRF, verifica-se a necessidade de gerenciamento dos passivos contingentes e riscos fiscais a fim de aperfeiçoar os controles para o acompanhamento de valores e realização de ações com vistas a minimizar o impacto nas finanças estaduais.

A gestão de riscos fiscais pode ser detalhada em seis (6) funções, a saber:

- 1) Identificação do tipo de risco e da exposição ao risco;
- 2) Mensuração ou quantificação dessa exposição;
- 3) Estimativa do grau de tolerância das contas públicas ao comportamento frente ao risco;
- 4) Decisão estratégica sobre as opções para enfrentar o risco;
- 5) Implementação de condutas de mitigação do risco e de mecanismos de controle para prevenir perdas decorrentes do risco;
- 6) Monitoramento contínuo da exposição ao longo do tempo, preferencialmente através de sistemas institucionalizados (controle interno).

A 6ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF (página 29), aprovada pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 553, 22 de setembro de 2014, válido a partir do exercício financeiro de 2015, recomenda que a política de gestão de riscos fiscais fosse adotada gradualmente, iniciando pela identificação dos riscos (1) e evoluindo até o seu monitoramento (6), concentrando-se nas áreas com maior risco de perda. À medida que a gestão de riscos fiscais for aperfeiçoada, o Anexo de Riscos Fiscais tornar-se-á um documento mais completo, a gestão fiscal será mais transparente e terá melhores condições de atingir os resultados pretendidos.

O MDF/STN alerta que os **riscos repetitivos**, deixam de ser riscos, devendo ser tratados no âmbito do planejamento, ou seja, devem ser incluídas como ações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do ente federativo. A ocorrência de catástrofes naturais, secas ou inundações, epidemias – como a dengue – que possuem sazonalidade conhecida, devem ser amparados por ações planejadas para mitigar seus efeitos, assim como as despesas decorrentes devem ser previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA do ente federativo afetado, e não ser tratada como risco fiscal no Anexo de Riscos Fiscais.



2.16.2 Anexo de Riscos Fiscais e Providências

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 4º, § 3º estabelece que:

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Conforme o MDF, o Anexo de Riscos Fiscais é o documento que identifica e estima os riscos fiscais, além de informar sobre as opções estrategicamente escolhidas para enfrentar os riscos.

Das funções elencadas anteriormente, o Anexo de Riscos Fiscais deverá dar transparência às seguintes:

- Identificação do tipo de risco e da exposição ao risco (1);
- Mensuração ou quantificação dessa exposição (2);
- Decisão estratégica sobre as opções para enfrentar o risco (4);

2.16.3 Principais Riscos Fiscais do Estado

Até o terceiro quadrimestre de 2015 os principais Riscos Fiscais contabilizados foram os seguintes:

Tabela 16 - Composição dos Riscos Fiscais - R\$

RISCOS FISCAIS	Em 31/12/2014	Em 31/12/2015	Varição %
LFTSC	1.921.815.149,45	2.166.919.705,07	12,75%
INVESC	5.644.737.558,88	6.146.366.175,57	8,89%
CELESC	32.903.100,73	32.903.100,73	0,00%
DEINFRA	1.484.916.067,41	2.278.902.350,56	53,47%
UDESC	9.817.462,56	9.442.850,31	-3,82%
EPAGRI	53.681.724,96	53.653.665,52	-0,05%
SANTUR	0,00	198.960,74	100,00%
Total	9.147.871.063,99	10.688.386.808,50	16,84%

Nota: As LFTSC dos credores: Bradesco Vida e Previdência S.A. - R\$ 347.616.698,40; PETROS - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - R\$ 336.011.613,86; Omar Camargo Corretora de Câmbio e Valores Ltda - R\$ 13.940.086,42; Lloyds TSB Bank PLC (Precatório em nome de: Aimores Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) - R\$ 498.024.634,40; SERPROS Fundo Multipatrocinado - R\$ 144.817.113,32; ELOS - Fundação Eletrosul de Previdência e Ass.Social - R\$ 16.688.486,36, se transformaram nos Precatórios 12852320128240500; 12843820128240500; 11224320128240500; 528820128240500; 15981320148240500; 15999520148240500; 3885820138240500; 3980520138240500; 7791320138240500; 213920108240500; 196920108240500.



2.16.4 LFTSC

As LFTSC (Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina) foram emitidas em 1996, com amparo na Lei nº 10.168, de 11/07/1996, e custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP), segregadas em quatro grupos (LTSCEA 001, LTSCEA 002, LTSCEA 003 e LTSCEA 004), nas quantidades de 52.152, 100.000, 150.000 e 250.000, vencíveis em 01/08/1998, 01/08/1999, 01/08/2000 e 01/05/2001, respectivamente. Foram retiradas de custódia (canceladas) 312.297 Letras.

As LFTSC eram movimentadas pelo Fundo de Liquidez da Dívida Pública do BESC e foram retiradas de custódia pela CETIP em 06/2000.

As LFTSC não foram pagas nos vencimentos, razão pela qual grande parte dos credores ingressaram com ações judiciais. Os títulos foram cancelados pelo TCESC e TJSC, todavia os credores mantiveram os litígios judiciais em esferas superiores.

Destas ações judiciais alguns credores obtiveram êxito e as demandas judiciais se transformaram em precatórios:

Tabela 17 - LFTSC convertidas em Precatórios

Principal Parte Ativa	Data de Emissão das Letras	Nº de Letras	Nº do Processo	Nº do Processo	Nº do Precatório	Valor atual contabilizado em 31/12/2015
Bradesco Vida e Previdência S.A	maio/96	35.000	315728620058240023	Parte	12852320128240500	347.616.698,40
PETROS - Fundação Petrobrás de	out/96	29.880	189273420028240023	Parte	11224320128240500	336.011.613,86
Omar Camargo Corretora de Câmbio	jul/96	3.000	0055505302001824002303	Parte	15981320148240500	13.940.086,42
Lloyds TSB Bank PLC (Precatório em nome de: Aimores Fundo	jul/96	32.500	340137920018240023	Parte	3885820138240500	498.024.634,40
SERPROS Fundo Multipatrocinado	nov/96	9.676	3858485720068240023	Parte	7791320138240500	144.817.113,32
	dez/96	6.750				
ELOS - Fundação Eletrosul de	dez/96	1.855	329631820018240023	Parte	213920108240500	16.688.486,36
Total		118.661				1.357.098.632,76

O processo judicial referente as 35.578 Letras do Bando do Estado do Paraná S/A foi arquivado em 26/07/2007.

Em síntese, das 552.152 letras, 312.297 foram canceladas; 118.661 viraram precatórios; 71.922 estão em processos em andamento; 35.578 o processo foi arquivado; e, 13.694 não localizamos ação judicial. Porém estão contabilizadas como Risco Fiscal 121.194 Letras, ou seja, desconsiderando apenas as que foram canceladas e as que viraram precatórios que estão devidamente contabilizadas como precatórios.



2.16.5 INVESC

Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. – INVESC é uma empresa que foi constituída em 30/10/95 por meio da Lei Estadual nº 9.940 de 19/10/95, com o objetivo de gerar recursos para alocação em investimentos públicos no território Catarinense. Os acionistas da INVESC são o Estado de SC, com 99,5% e a CODESC, com 0,5%.

Foram captados R\$ 104.220.700,00, pela emissão de 10.000 debêntures em 01/11/95, remuneradas pela TJLP, acrescidos de **juros de 14%** a serem pagos anualmente. Os recursos foram transferidos para o Tesouro do Estado e aplicados em investimentos públicos. As referidas debêntures, vencidas em 31/10/00 e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente. Por meio do Processo Judicial nº 023.00.005707-2 (PLANNER Corretora de Valores S.A. X INVESC), cuja ação encontra-se suspensa, haja vista os embargos à arrematação nº 023.10.019486-1, que está pendente do resultado final do Agravo de Instrumento nº 2012.081699-8, que questiona a assistência do Estado de Santa Catarina nos Embargos à Adjudicação. Em decisão do dia 17/12/2013 foi admitida a assistência do Estado de Santa Catarina, deslocando-se a competência da Vara Cível para a Vara da Fazenda Pública.

A PLANNER Corretora de Valores S.A. é a representante legal dos debenturistas e a PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do BB) é detentora de mais de 70% das debêntures.

Desde o vencimento das debêntures e a consequente ação na justiça pelo não pagamento, várias tentativas de negociação com os debenturistas foram realizadas, por enquanto sem sucesso.

Em 07/01/2013 o Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC impetrou com Ação Civil Pública – ACP (nº 023.13.000661-3), por entender que os valores já repassados pela INVESC à corretora de valores na operação possuem origem irregular e que os dividendos pagos pela CELESC provem de alteração ilegal da titularidade das ações. Em 01/03/2013 foi deferida liminar bloqueando a quantia de R\$ 51,9 milhões de três ex-diretores da INVESC e da corretora de valores PLANNER Corretora de Valores S.A.

Em 04/2013 os diretores conseguiram reverter parcialmente os valores bloqueados a título de natureza salarial/alimentar e a PLANNER Corretora de Valores S.A a liberação dos bens e valores indisponibilizados de sua propriedade.

2.16.6 CELESC

Trata-se de levantamento de dívida que a CELESC cobra do Estado, relativa ao período de novembro de 1985 á dezembro de 2007, conforme PSEF 97521/043. Em 12/2010 foi reclassificado parte do valor registrado para o passivo pelo reconhecimento de dívida conforme protocolo de intenções ECP03/88, com cláusula terceira, PSEF 97521/043, PSEF 93345/097, SEF 198457/098, SEPF 64127/958, SEPF 64696/952, SGP-e: SEF 40207/2010 e PSEF 88046/095.



2.16.7 DEINFRA

Os riscos fiscais do DEINFRA são compostos por Ações Cíveis Públicas, dívida ativa, ações trabalhistas e ações comuns, neste, enquadrando-se a demanda judicial referente à duplicação das rodovias SC 401, SC 402 e SC 403, de grande repercussão na mídia.

- **Duplicação da SC 401**

Pendência judicial relacionada à execução das obras e serviços de duplicação, conservação, restauração, manutenção, melhoramentos, operação, monitoramento e exploração das rodovias SC 401, SC 402 e SC 403.

Em síntese:

- 1) A ENGEFASA consagrou-se vencedora da licitação relacionada ao Edital nº 61/93 e celebrou com o DER/SC, atual DEINFRA/SC, o Contrato de Concessão nº 314/94, para a execução das obras e serviços de duplicação, conservação, restauração, manutenção, melhoramentos, operação, monitoramento e exploração das rodovias SC-401, SC-402 e SC-403;
- 2) O DER/SC figurou como cedente, a ENGEFASA como adjudicatária e a Linha Azul Auto Estrada S.A. como Concessionária.
- 3) No contrato administrativo foram estabelecidos requisitos mínimos para o início da arrecadação do pedágio, os quais deveriam ser cumpridos no prazo de 24 meses, primeira fase do projeto, cujo termo inicial era a data de expedição da ordem de serviço, 10/07/1995;
- 4) Em 07/08/1995, o BNDES concedeu crédito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) à Linha Azul Auto Estrada S.A. para a execução das mencionadas obras e serviços e, posteriormente, outros R\$ 7.075.000,00 (sete milhões e setenta e cinco mil reais), por intermédio do BRDE e do BESC;
- 5) Como garantia dos referidos empréstimos foi oferecida parte da arrecadação com a cobrança futura de pedágio, conforme contratos celebrados entre as partes que, dentre outras obrigações estabeleceram não ser possível ao DER/SC modificar o projeto da obra sem a anuência do BNDES;
- 6) O prazo inicialmente estipulado no contrato de concessão não foi cumprido, tendo o DER/SC, por seu Conselho de Administração, editado as Resoluções nº 001/98 e 202/98, aprovando o Termo Aditivo de Prorrogação do Prazo, bem como a alteração dos requisitos mínimos para início da cobrança do pedágio;
- 7) Conforme versão da concessionária, em agosto de 1998, a SC-401 estava concluída, segundo as condições básicas previstas nas Resoluções do DER/SC e deveria ter sido iniciada a cobrança do pedágio;
- 8) No entanto, em 03/08/1998, a então deputada federal Ideli Salvati ajuizou a Ação Popular nº 023.98.029853-1, distribuída à 1ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis, obtendo decisão liminar para impedir a cobrança do pedágio e, no



mérito, a declaração de invalidade das Resoluções nº 001/98 e 202/98, por entender o magistrado que contrariaram a Lei 8.666/93, conforme sentença proferida em 30/08/1999;

- 9) Por força dessa ação popular, a cobrança do pedágio somente poderia ocorrer depois de executados os projetos originais, consoante previsto no edital e no contrato de concessão;
- 10) Em 04/11/1998, foi editada a Lei Estadual nº 10.934, concedendo isenção da cobrança de pedágio para inúmeras categorias de veículos;
- 11) Com base nesses fatos, em 29/07/1999, as empresas adjudicatária e concessionária e as pessoas físicas garantidoras dos empréstimos obtidos junto ao BNDES, BRDE e BESC para a execução das obras na rodovia ajuizaram ação perante a Justiça Federal de Florianópolis (Processo nº 99.00006341-4), pretendendo ver reconhecida (f. 20):
 - a) a existência de vínculo jurídico de natureza associativa (com comunhão de interesses) entre as partes;
 - b) a caracterização da existência de força maior ou outra causa a eles não imputável, a obstar a execução do contrato de concessão e os efeitos daí decorrentes, inclusive à impossibilidade superveniente da prestação dos autores nos contratos bancários de financiamento;
 - c) a existência de dever jurídico de o BNDES arcar com as consequências de suas ações e omissões, relativamente à aprovação das modificações introduzidas nos projetos originais da SC/401;
 - d) a inexigibilidade dos créditos do BNDES, do BRDE e do BESC, derivados dos contratos de abertura de crédito nº 95.2.115.3.1 e SC-7984, até que autorizada à arrecadação do pedágio;
 - e) a presença dos pressupostos da responsabilização civil do DER/SC e do BNDES, por terem propiciado a ocorrência do evento que impossibilitou a cobrança do pedágio;
 - f) a obrigação do DER/SC e BNDES (e seus agentes repassadores) a promoverem diretamente entre si a liquidação dos empréstimos retratados nos Contratos de Abertura de Crédito nº 95.2.115.3.1 e SC-7984, com a liberação dos autores das responsabilidades ali previstas;
 - g) a obrigação dos réus deixarem de adotar qualquer conduta incompatível com as declarações antes pleiteadas.

A ENGEPPASA requer o ressarcimento dos custos desembolsados na obra e os lucros cessantes pelo impedimento da cobrança do pedágio.

Em maio/2011 o TRF da 4ª Região emitiu acórdão favorável ao Estado quanto aos lucros cessantes pela cobrança de pedágio pelo período de 15 (quinze) anos, que entendeu descabido o pedido da ENGEPPASA, uma vez que o contrato não foi cumprido integralmente.



Desde 17/04/2015 o processo está concluso para julgamento do Ministro Herman Benjamin (Relator).

2.16.8 UDESC

Trata-se de ações que tramitam na Vara da Fazenda Pública. Em geral são ações de repetição de indébito do ensino à distância, sendo na sua maioria pagos por meio de RPV. Os valores apresentados são estimativas informadas pelos Autores das ações, podendo vir a sofrer alterações para mais ou para menos de acordo com os termos da sentença judicial.

2.16.9 EPAGRI

Tratam-se de ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI lançadas até dezembro de 2015.

3. Captação de Recursos

3.1. Operações de Crédito

O Estado apresentou no ano de 2015, saldo de R\$ 2.198.644.283,68 referente a **valores a captar de operações de crédito internas contratadas** e montante de **US\$ 214.785.897,04** referente **valores a captar de operações de crédito externas contratadas**.

A tabela a seguir espelha todas as operações de crédito internas que possuem valores a liberar pelas instituições financeiras:

Tabela 18 - Detalhamento das Operações de Crédito Internas Contratadas - R\$

Operação	Data do Contrato	Valor Contratado	Valor Captado	Valor a Captar
BNDES – Sistema de Transporte de Joinville ⁽¹⁾	15/12/2011	40.000.000,00	35.600.170,97	4.399.829,03
BNDES – Caminhos do Desenvolvimento ⁽²⁾	21/11/2012	611.000.000,00	438.160.543,36	172.839.456,64
BNDES – Acelera Santa Catarina ⁽³⁾	04/04/2013	3.000.000.000,00	2.643.575.907,35	356.424.092,65
BB - Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais ⁽⁴⁾	18/07/2013	1.056.400.000,00	1.001.318.494,64	55.081.505,36
BB - Pacto por Santa Catarina ⁽⁵⁾	27/11/2013	2.000.000.000,00	390.100.600,00	1.609.899.400,00
Total		6.707.400.000,00	4.508.755.716,32	2.198.644.283,68



Notas:

- 1 - Ampliação e Modernização do Sistema Integrado de Transporte de Joinville por meio da implantação e requalificação de eixos estruturais de transporte, de melhorias em terminais de integração e da implantação de ciclovias, de medidas moderadoras de tráfego e do Museu do Transporte no Município de Joinville;
- 2 - Investimentos em infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, justiça e cidadania, educação, infraestrutura física, saúde e prevenção de desastres contra as secas.
- 3 - Infraestrutura e Logística – Acelera SC – Investimentos em saúde, segurança pública, educação, justiça e cidadania, prevenção de desastres naturais, assistência social, trabalho e habitação, infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, saneamento básico e quitação integral da operação de crédito BNDES - CELESC/CRC.
- 4 - Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais – Investimentos em obras de prevenção a desastres naturais na região da Bacia do Rio Itajaí e obras de implantação, adequação e ampliação da capacidade de rodovias estaduais e obras estruturantes para aumentar a capacidade de operação dos portos instalados no litoral catarinense.
- 5 - Pacto por Santa Catarina– Investimentos nas áreas de infraestrutura rodoviária e portos marítimos, mobilidade urbana, defesa civil e prevenção das cheias, segurança pública, sistemas prisional e socioeducativos, saúde e turismo.

A seguir, as **operações de crédito externas** que possuem valores a captar:

Tabela 19 - Detalhamento das Operações de Crédito Externas Contratadas – US\$

Operação	Data do Contrato	Valor Contratado	Valor Captado	Valor a Captar
BIRD – Microbacias III ⁽¹⁾	21/10/2010	90.000.000,00	69.257.994,81	20.742.005,19
BID – Profisco ⁽²⁾	01/09/2010	30.000.000,00	24.184.970,91	5.815.029,09
BID VI – Rodovias ⁽³⁾	09/01/2013	250.000.000,00	112.263.657,24	137.736.342,76
CAF - Provias ⁽⁴⁾	26/08/2014	55.000.000,00	4.507.480,00	50.492.520,00
Total		425.000.000,00	210.214.102,96	214.785.897,04

Notas:

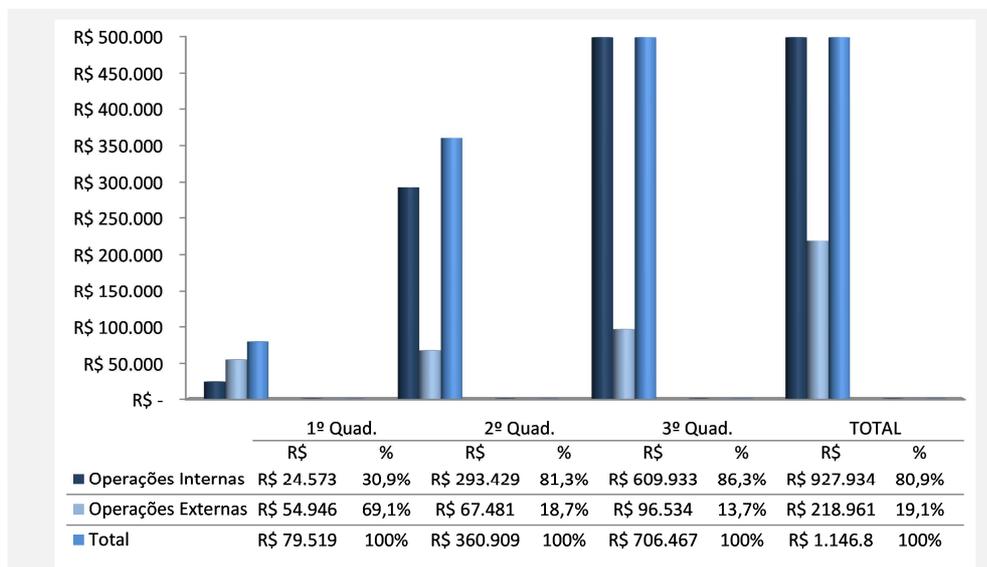
- 1 - Programa Santa Catarina Rural – Microbacias III – Aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares;
- 2 - Programa de Modernização da Gestão Fiscal e Financeira da Administração Estadual;
- 3 - Programa de pavimentação e reabilitação de rodovias;
- 4 - Programa de Integração Viária do Planalto Norte - pavimentação de 110,2 Km da rodovia SC-477.

3.1.1. Acompanhamento das Liberações de Recursos de Operações de Crédito Internas e Externas

O gráfico a seguir mostra um comparativo do total de recursos liberados de Operações de Crédito Internas e Externas até o terceiro quadrimestre de 2015. Observa-se que aproximadamente **81%** do total de recursos liberados foram provenientes das Operações de Crédito Internas.



Gráfico 07 - Liberações de Recursos - Operações de Crédito - R\$ mil



A Tabela 21 evidencia os valores liberados em 2015 por Programa. Do total desembolsado 62,7%, ou seja, R\$ 718.800.000,00 correspondem às liberações dos contratos com o Banco do Brasil.

Tabela 20 - Liberações de Recursos Operação de Crédito - por Programa - R\$

Programas	Valor Realizado no 1º quadrimestre	Valor Realizado no 2º quadrimestre	Valor Realizado no 3º quadrimestre	Total
BNDES – PMAE SPED	1.618.479,48	539.488,66	-	2.157.968,14
BNDES – Sistema de Transporte de Joinville	5.600.000,00	-	3.000.000,00	8.600.000,00
BNDES – Caminhos do Desenvolvimento	-	-	38.000.000,00	38.000.000,00
BNDES – Acelera Santa Catarina	17.354.668,47	-	133.931.741,55	151.286.410,02
BB - Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais	-	-	418.800.000,00	418.800.000,00
BB - Pacto Por Santa Catarina	-	290.000.000,00	10.000.000,00	300.000.000,00
BNDES - PMAE Gestão II	-	2.889.078,12	6.201.000,00	9.090.078,12
BIRD – Microbacias III	21.111.629,73	32.862.996,65	52.545.005,86	106.519.632,23
BID – Profisco	-	7.437.596,36	5.664.242,73	13.101.839,09
BID VI – Rodovias	19.275.000,00	27.180.000,00	38.325.000,00	84.780.000,00
CAF - Provias	14.559.160,40	-	-	14.559.160,40
Total	79.518.938,08	360.909.159,79	706.466.990,14	1.146.895.088,00

Com relação ao orçamento 2015, foram empenhadas, liquidadas e pagas com recursos financeiros de 2015 e de anos anteriores as seguintes despesas com fontes de recursos de operações de crédito, por funções orçamentárias:



Tabela 21 - Execução Orçamentária Operação de Crédito - por Função - R\$

Execução Orçamentária 2015 - Operações de Crédito			
Função	Empenhado	Liquidado	Pago
Transporte	614.101.341,60	567.230.924,86	567.230.924,86
Segurança Pública	14.564.360,84	14.564.360,84	14.564.360,84
Educação	111.193.098,08	111.190.099,04	111.190.099,04
Direitos da Cidadania	75.369.429,17	63.827.229,16	63.827.229,16
Administração	175.806.358,51	174.505.411,15	173.954.084,85
Encargos Especiais	101.870.620,20	101.870.620,20	101.870.620,20
Desporto e Lazer	3.050.000,00	3.050.000,00	3.050.000,00
Saúde	70.319.089,24	60.904.558,42	60.589.166,79
Assistência Social	9.293.910,12	8.653.402,82	8.653.402,82
Ciência e Tecnologia	3.601.062,88	3.601.062,88	3.601.062,88
Agricultura	16.281.452,18	5.126.365,70	5.126.365,70
Gestão Ambiental	11.847.057,61	11.408.943,36	11.408.943,36
Total	1.207.297.780,43	1.125.932.978,43	1.125.066.260,50

Além da execução do orçamento de 2015 foram pagos com fontes de recursos de operações de crédito R\$ 2.693.164,72 de restos a pagar processados inscritos em 2014 e R\$ 22.184.893,84 de restos a pagar não processados inscritos em 2014. Do total de restos a pagar não processados inscritos em 2014 (R\$ 55.961.693,58) foram cancelados R\$ 33.776.799,74. A seguir as funções orçamentárias das despesas pagas por intermédio dos restos a pagar:

Tabela 22 - Pagamento de Restos a Pagar inscritos em 2014 - por Função - R\$

Restos a pagar pagos - Inscritos em 2015 - Por função		
Função	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar não Processados
Transporte	-	17.915.525,91
Segurança Pública	27.802,87	133.800,00
Educação	-	440.289,90
Administração	-	87.816,40
Desporto e Lazer	-	624.668,45
Saúde	2.665.361,85	2.982.793,18
Total	2.693.164,72	22.184.893,84



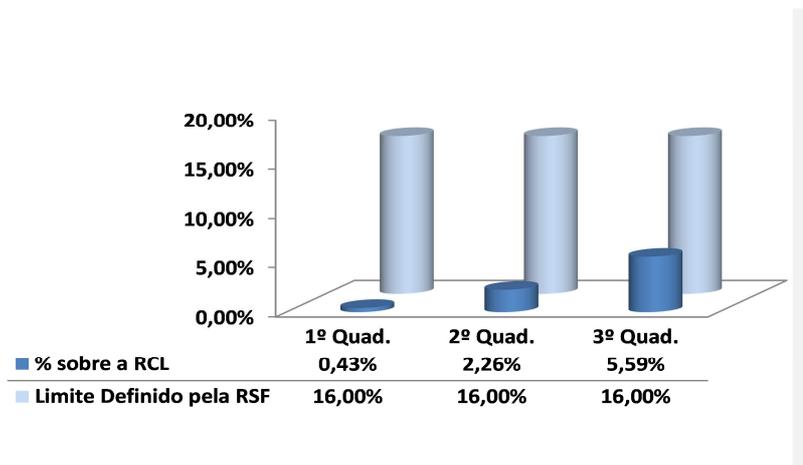
3.1.2. Montante Global das Operações realizada em um exercício financeiro

O percentual das operações realizadas em um exercício financeiro em relação à Receita Corrente Líquida é apurado tomando por base a Receita Corrente Líquida no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses) e o total de operações de crédito interna e externa realizadas até o quadrimestre.

A Resolução do Senado Federal nº 43/2001, em seu inciso I do art. 7º, estabeleceu o limite de 16% da RCL. Conforme evidenciado no Gráfico 08, ao término do 3º quadrimestre de 2015, o percentual apurado para fins de verificação do cumprimento do limite atingiu 5,59%.

Ressalta-se que as operações de crédito contratadas pelo Estado com a finalidade de financiar projetos de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial (BNDES - PMAE SPED, BNDES – PMAE GESTÃO II, BNDES PEF II – Res. 3794 – FPE, BNDES – Caminhos do Desenvolvimento (Proinveste) e BID – Profisco) foram excluídas do cálculo do limite, conforme disposto no Art. 7º § 3º e §7º da RSF nº 43/2001.

Gráfico 08 - Montante Global das Operações - em % da RCL



3.2. Transferências Voluntárias

O Decreto Federal n. 6170, de 25 de julho de 2007, dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Por sua vez, a Portaria n. 507, de 24 de novembro de 2011, atualmente disciplina estas transferências.

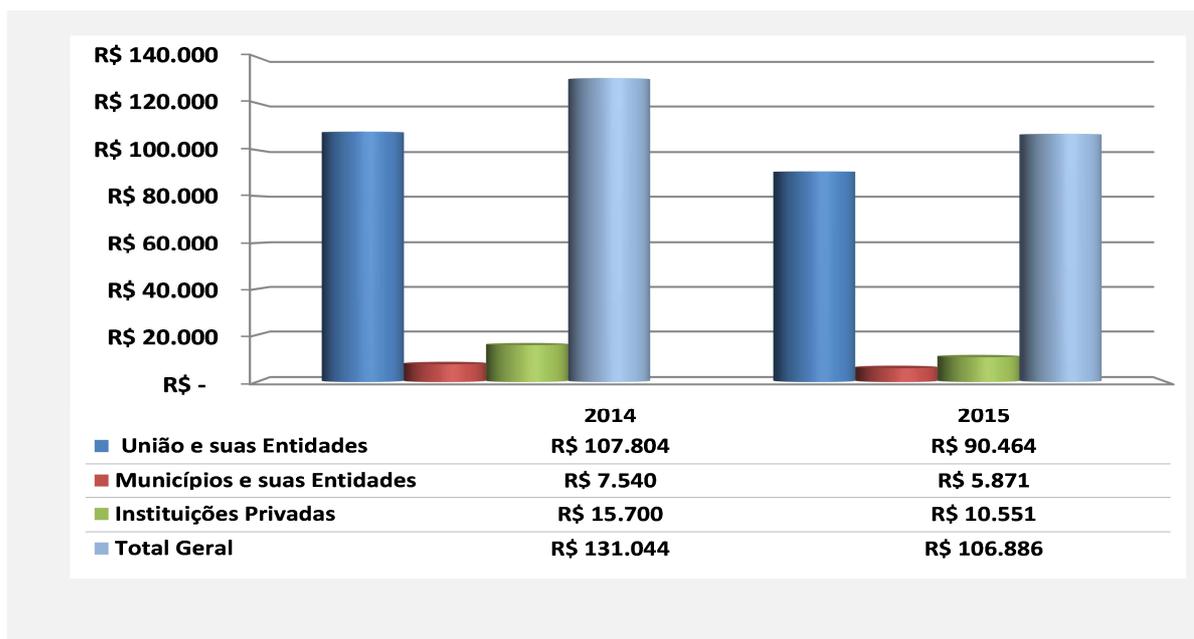
A União operacionaliza estes convênios e contratos de repasse no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse da União (SICONV), que contempla desde a disponibilização dos programas federais até a prestação de contas.



A DICD, por meio da Gerência de Captação de Recursos (GECAR), disponibiliza aos órgãos e entidades o “**Catálogo de Programas Federais Abertos**” com as informações quanto ao prazo para apresentação de propostas e planos de trabalho, órgão executor, descrição do programa e objetivos, os requisitos e os critérios de seleção.

Em 2015, o Estado obteve R\$ 106,9 milhões em receita de convênios divididos conforme gráfico a seguir. No comparativo com o mesmo período do ano passado houve um decréscimo de 18,44%.

Gráfico 09 - Receita de Convênios - R\$ mil

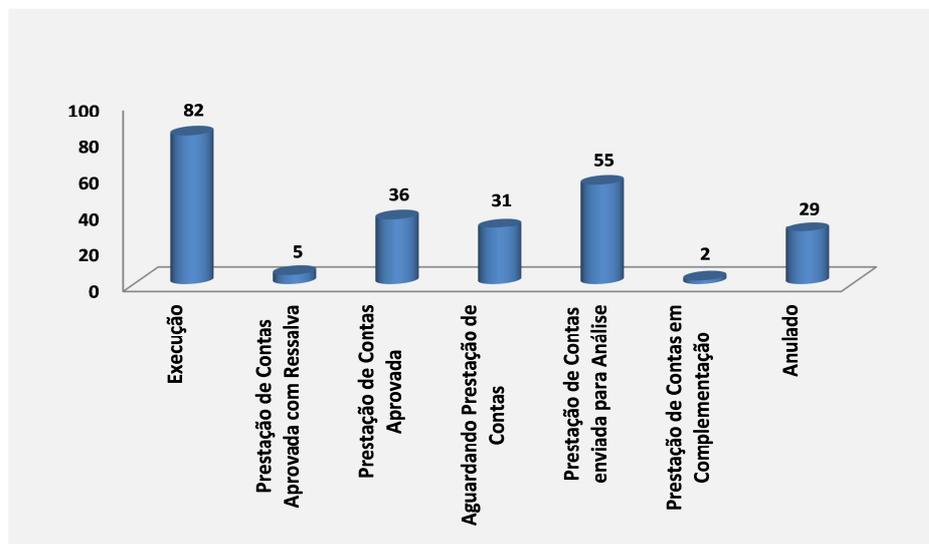


3.2.1. Convênios e Contratos de Repasse

O Estado, considerando seus órgãos e entidades, possui vigentes 195 convênios e 45 contratos de repasse. O Gráfico 10 evidencia a quantidade de projetos por situação no SICONV no período de 2008 a 2015. Especificamente com relação ao ano de 2015, ao final do período, houve a celebração de 17 convênios. Do total, 82 projetos (34,2%) estão em fase de execução e 158 projetos (65,8%) em outras fases de tramitação, sendo que 29 foram anulados.

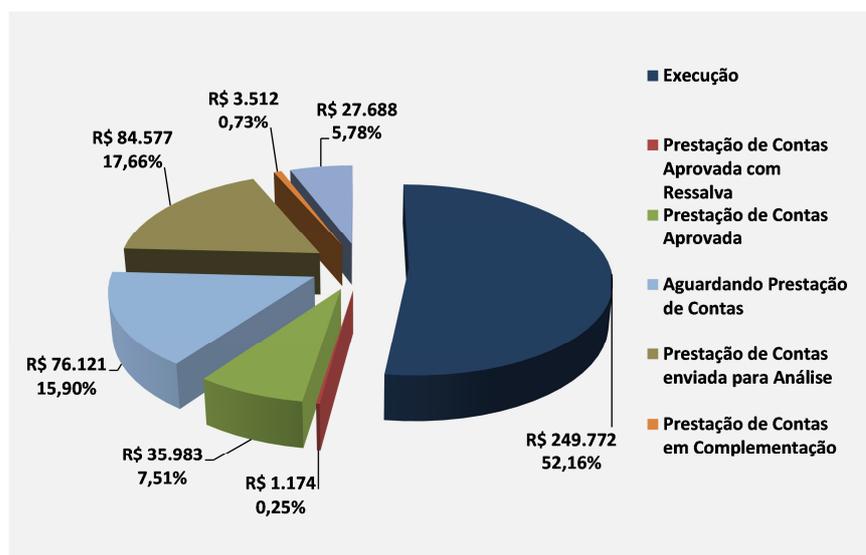


Gráfico 10 - Transferências Voluntárias - Situação dos Projetos



Esta quantidade de convênios e contratos de repasse representa em termos financeiros R\$ 478,828 milhões em volume de recursos contratados. O Gráfico 11 ilustra a distribuição deste valor por situação do projeto.

Gráfico 11 - Distribuição do Valor de Repasse de Transferências Voluntárias por Situação - R\$ mil

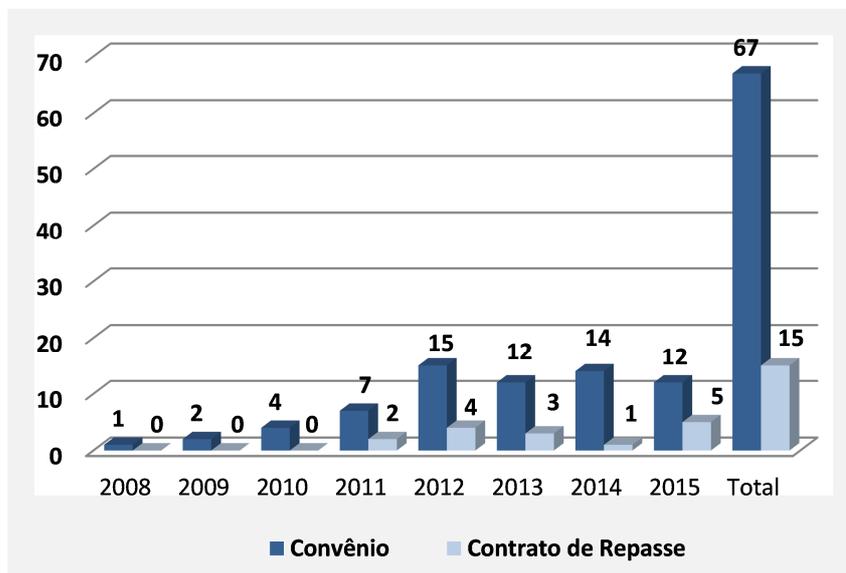


Observam-se nos dados apresentados que os projetos que estão em execução representam 52,16% (R\$ 249,772 milhões) do volume total contratado.

Do total de repasses voluntários, em execução, transferidos para órgãos, entidades estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, 81,7% (67 projetos) foram celebrados como convênios e 18,3% (15 projetos) como contratos de repasse. A seguir estão discriminadas as quantidades de projetos por modalidade e ano de celebração.



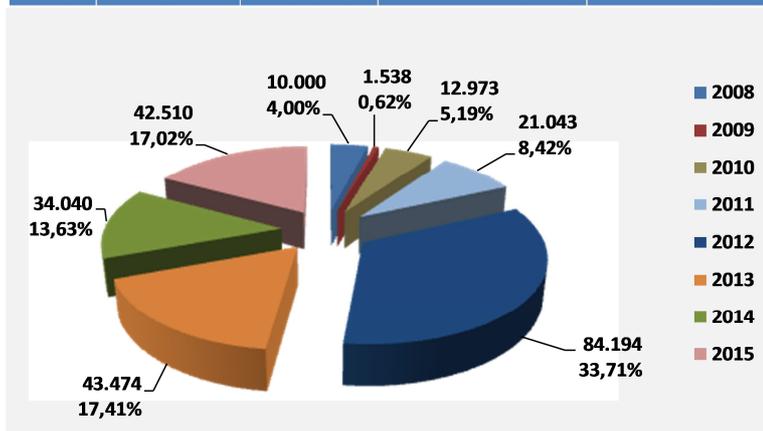
Gráfico 12 - Modalidade de Transferência Voluntária - Projetos em Execução



Os dados a seguir detalham por ano da celebração da transferência voluntária a quantidade de projetos em execução, o valor global, o valor de repasse e os valores de contrapartidas dos projetos.

Gráfico 13 - Repasse de Transferências Voluntárias Contratos em Execução - R\$ mil

Ano	Quantidade	Valor Global R\$ mil	Valor Repasse R\$ mil	Valor Contrapartida R\$ mil
2008	1	15.000	10.000	5.000
2009	2	1.838	1.538	300
2010	4	18.083	12.973	5.110
2011	9	31.490	21.043	10.448
2012	19	101.042	84.194	16.848
2013	15	53.962	43.474	10.488
2014	15	38.481	34.040	4.441
2015	17	45.854	42.510	3.344
Total	82	305.751	249.772	55.979





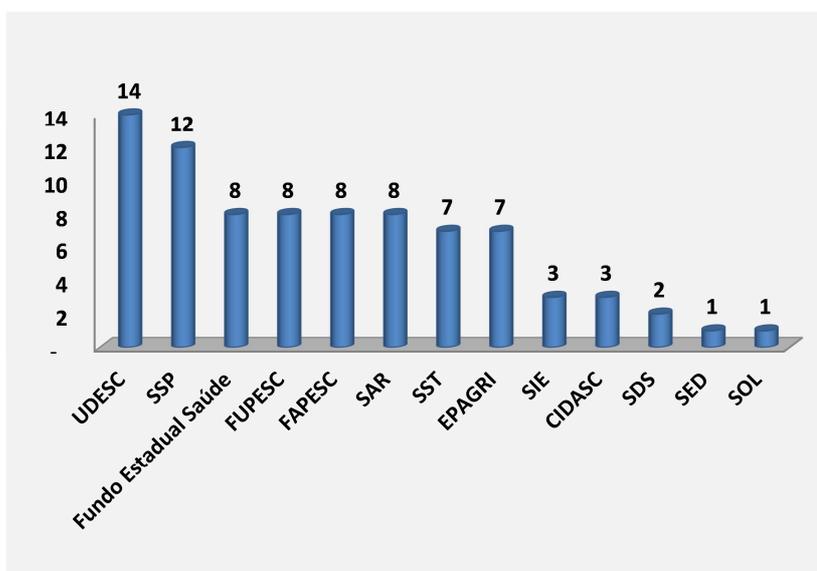
Pela leitura dos dados, pode-se destacar que 34% dos valores contratados estão concentrados nos 19 convênios/contratos de repasse celebrados no ano de 2012. Isto se justifica pelo fato de que os demais convênios/contratos de repasse que estão em outras fases de tramitação, na sua maioria na análise de prestação de contas, foram celebrados entre os anos de 2008 a 2011.

Por sua vez nos anos de 2013 e 2014, houve uma redução no número de convênios em execução e, também, do volume de transferência de recursos, quando comparado especialmente com o ano de 2012. Cabe destacar que em 2013 foram cadastradas 67 propostas no sistema SICONV, sendo que deste total apenas 28 propostas foram firmadas. Em 2014 o número de propostas cadastradas foi ainda menor com um total de 33 propostas enviadas das quais apenas 18 foram firmadas.

Em 2015 houve um sensível aumento no número de propostas cadastradas, totalizando 51 propostas, sendo que 17 foram firmadas e estão em execução e as demais se encontram em outras fases de análise.

Ainda com relação aos contratos em execução, o Gráfico 14 ilustra a distribuição dos projetos por proponente. Pode-se observar, em termos de quantidade, que aproximadamente 71% dos projetos estão concentrados em seis entidades: UDESC, Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), Fundo Estadual da Saúde, Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR).

Gráfico 14 - Contratos em Execução por Proponente - 2008-2015

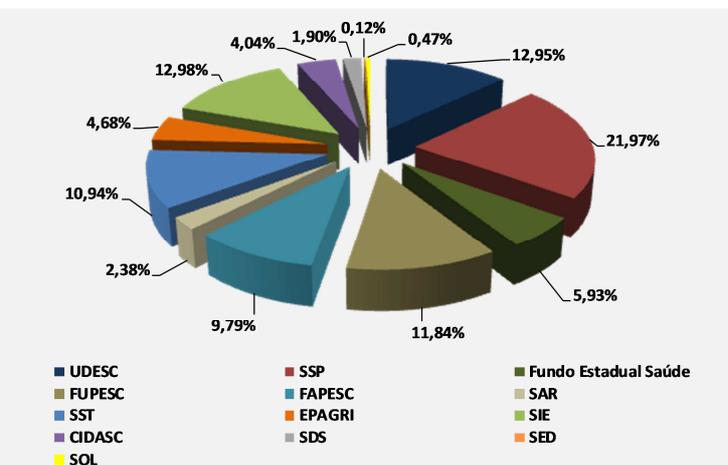


Por sua vez, conforme evidenciado no Gráfico 15, em termos financeiros observa-se uma melhor distribuição dos recursos entre as entidades, com destaque para a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE) que apresenta valor médio por projeto em execução de R\$ 10,81 milhões (3 contratos).



Gráfico 15 - Percentual do Valor de Repasse de Transferências Voluntárias por Proponente

Entidade	Valor R\$ Mil	Valor médio por projeto em Execução (R\$ mil)
FAPESC	24.444	3.056
UDESC	32.333	2.310
Fundo Estadual Saúde	14.824	1.853
FUPESC	29.585	3.698
SAR	5.957	745
SST	27.318	3.903
SED	310	310
SIE	32.417	10.806
SSP	54.885	4.574
SOL	1.170	1.170
CIDASC	10.100	3.367
EPAGRI	11.681	1.669
SDS	4.748	2.374
Total	249.772	3.046



3.3. Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Santa Catarina - PAF, parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 12/98 STN/COAFI, de 31 de março de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 070/98, dá cumprimento ao disposto nas cláusulas décima sétima, décima oitava e décima nona, do referido Contrato.

O Programa é elaborado para o período de três anos e tem caráter rotativo, utilizando-se todas as fontes de recursos, excluindo RPPS e somando os repasses do Tesouro para cobertura de déficit do RPPS.

São seis as Metas fixadas anualmente:

- 1 Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real;
- 2 Resultado Primário (diferença entre as Receitas e as Despesas Não Financeiras);
- 3 Despesa com Funcionalismo Público;
- 4 Receitas de Arrecadação Própria;
- 5 Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienações de Ativos;
- 6 Despesas de Investimentos.

As metas do PAF são monitoradas mensalmente, tanto pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, via Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, como pela Secretaria da Fazenda, pela Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – DICD e pela Diretoria do Tesouro - DITE.



O Estado encaminhou à STN proposta de revisão de metas e compromissos relativa ao triênio 2015-2017, e aguarda manifestação da União.

A seguir os resultados obtidos nos exercícios de 2013 e 2014 e as metas fixadas para 2015 a 2017 constantes no “Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – Período de 2015 a 2017 (12ª Revisão)”.

3.3.1. Execução das metas e compromissos do programa de reestruturação e ajuste fiscal em 2014

- **Meta 1 – Dívida Financeira / Receita Líquida Real**

O objetivo é não ultrapassar, em cada ano, o limite superior da relação Dívida / Receita Líquida Real (D/RLR) da trajetória especificada.

A **trajetória inferior** considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Estado, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2014. A **trajetória superior** acresce à dívida da trajetória inferior os efeitos financeiros das operações de crédito a contratar referidas no Anexo V. A consideração de operações de crédito a contratar na trajetória superior do Programa não significa anuência prévia da STN, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

Tabela 22 - Meta 01 - Relação Dívida / Receita Líquida Real

ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Dívida Financeira	R\$ 14.461 milhões	R\$ 15.956 milhões	R\$ 16.334 milhões	R\$ 16.968 milhões	R\$ 16.954 milhões
Receita Líquida Real Corrigida	R\$ 15.354 milhões	R\$ 16.521 milhões	R\$ 17.151 milhões	R\$ 17.891 milhões	R\$ 18.636 milhões
Meta Ajustada	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Resultado Obtido	0,94	0,97			

Notas:

1- A meta 1 do Programa é a manutenção da dívida financeira total do Estado em valor não superior ao de sua receita líquida real ($D/RLR \leq 1,00$);

- **Meta 2 – Resultado Primário**

A meta 2 do Programa é a obtenção de resultados primários, conforme especificados na tabela a seguir. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. E, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado não poderá superar, para cada exercício, os montantes de atrasos / deficiência referidos no Programa.



Desta forma, apesar de ter apresentado resultado primário deficitário de R\$ 737 milhões, o Estado cumpriu a meta ao não gerar atrasos/deficiências no exercício de 2014.

As metas para 2015, 2016 e 2017, bem como os resultados obtidos em 2013 e 2014 foram os seguintes:

Tabela 23 - Resultado Primário – R\$ milhões

ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Meta Ajustada	79	639	-347	-222	792
Resultado Obtido	292	-737			

- **Meta 3 – Despesas com Pessoal**

A meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60% da receita corrente líquida (RCL), segundo os conceitos expressos no Termo de Entendimento Técnico do PAF (TET).

No Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – Período de 2015 a 2017 (12ª Revisão), as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal serão de 58,29%, 58,52% e 58,10% em 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Casos esses percentuais sejam ultrapassados, **mesmo que inferiores a 60,00% da RCL**, o Estado buscará os ajustes pertinentes nas demais despesas e nas receitas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

Em 2013 e 2014 o Estado ficou com 54,16% e 56,29% de comprometimento respectivamente, conforme segue::

Tabela 24 - Meta 03 - Despesas com pessoal – PAF – %RCL

ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Meta Ajustada	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Resultado Obtido	54,16	56,29			

- **Meta 4 – Receita Própria**

Melhorar a geração de receita própria é meta permanente do Estado, para viabilizar suas funções fundamentais. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, o Estado deverá manter o programa de modernização da administração tributária, melhorando seus processos de trabalho interno, sua relação com os “clientes” e o alinhamento à política governamental.

A meta estabelecida para 2014, na décima primeira revisão, foi da ordem de R\$ 19.833 milhões, sendo que foram arrecadados R\$ 19.562 milhões. Com isto, o Estado não cumpriu a meta como mostra a tabela a seguir:



Tabela 25 - Meta 04 – Receita de Arrecadação Própria – PAF - R\$ milhões

ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Meta Ajustada	17.600	19.833	20.743	22.554	24.589
Resultado Obtido	17.606	19.562			

- **Meta 5 – Reforma do Estado**

A Meta 5 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal estabelece compromissos anuais em termos de medidas ou reformas de natureza administrativa e patrimonial, que resultem em modernização, aumento de transparência e da capacidade de monitoramento de riscos fiscais, melhoria da qualidade do gasto e racionalização ou limitação de despesas.

O Estado não alcançou o compromisso que limita as outras despesas correntes ao percentual de 36,28% da RLR em 2014. Por decorrência, a meta foi considerada não cumprida.

- **Meta 6 - Despesas com Investimentos**

Consiste em limitar as despesas de investimentos aos percentuais da RLR indicados. Para o exercício de 2014 foi estabelecida uma meta de investimentos de até 11,31% da Receita Líquida Real anual.

O Estado não cumpriu esse compromisso, pois apresentou relação equivalente a 13,00% da Receita Líquida Real.

Tabela 26 - Meta 06 – Despesas com Investimentos / RLR – PAF - em %

ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Meta Ajustada	11,36	11,31	9,80	9,30	5,21
Resultado Obtido	8,09	13,00			

Contudo, considerando o disposto no art.26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003, e no sétimo Termo Aditivo de Rerratificação do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 12/98, firmado entre a União e o Estado ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, o cumprimento das metas 1 e 2, a despeito do descumprimento das metas 4, 5 e 6, é condição suficiente para a não aplicação de penalidades e para que o Estado seja considerado adimplente em relação ao cumprimento do Programa de 2014.

3.4. Avaliação do Grau de Risco (Rating)

Ao final de 2012, em razão de uma exigência contratual da operação de crédito junto ao *Bank of America Merrill Lynch* que serviu para a reestruturação do resíduo da dívida referente à



Lei 9.496/1997, o Estado de Santa Catarina contratou duas agências de avaliação de risco de crédito. Foram contratadas as agências **Fitch Ratings Brasil Ltda.** e **Standard & Poor's Rating Services** para avaliação, atribuição, publicação e acompanhamento do grau de risco deste Estado.

Até o momento, os seguintes graus de risco foram atribuídos:

Tabela 27 - Avaliação do Grau de Risco 2012-2015

Ano	Fitch Ratings		Standard & Poor's	
	Escala Global	Escala Nacional	Escala Global	Escala Nacional
2012	BBB- / Estável	AA (bra) / Estável	BBB - / Estável	brAAA / Estável
2013	BBB- / Estável	AA (bra) / Estável	BBB - / Estável	brAAA / Estável
2014	BBB- / Estável	AA - (bra) / Estável	BBB - / Estável	brAAA / Estável
2015	BB+ / Negativa	AA (bra) / Estável	BB + / Negativa	brAA + / Negativa

Em setembro/2015 a Standard & Poor's tirou o grau de investimento do Brasil, rebaixando BBB – para BB + com perspectiva negativa, ou seja, categoria especulativa. Ao mesmo tempo, rebaixou os ratings atribuídos em escala global e nacional ao Estado.

Em dezembro de 2015, a Fitch Ratings elevou o Rating Nacional de Longo Prazo do Estado de Santa Catarina de 'AA-(bra)' (AA menos(bra)) para de 'AA(bra)', com Perspectiva Estável. Além disso, a agência rebaixou os IDRs (*Issuer Default Ratings* – Ratings de Probabilidade de Inadimplência do Emissor) de Longo Prazo em Moedas Local e Estrangeira do Estado de 'BBB-'(BBB menos), com Perspectiva Negativa para 'BB+'(BB mais), com Perspectiva Negativa. Esse rebaixamento ocorreu em razão do rebaixamento do rating soberano para 'BB+'(BB mais), já que a agência não classifica nenhum subnacional acima do soberano.

4. Situação dos Módulos da DICD no SIGEF

A Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (DICD) é a condutora do processo de implantação, dentro do Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGEF), dos módulos de **Gestão da Dívida Pública**, de **Riscos Fiscais e Precatórios**, do **Programa de Ajuste Fiscal (PAF)** e do módulo de **Captação de Recursos**.

O módulo da **dívida** possui integração com os módulos de contabilidade, precatórios, PAF, execução orçamentária, execução financeira e captação de recursos. Além de realizar o registro do estoque e pagamento da dívida, o módulo possibilita o comparativo entre diferentes contratos, inclusive traçando cenários para os indicadores, permitindo ao gestor tomar a decisão de qual contrato seria mais vantajoso para a administração pública. Esse módulo foi implantado no mês de julho de 2014 e encontra-se em produção. Melhorias estão sendo implementadas.



O módulo do **PAF** também se encontra em produção, faltando apenas a vinculação das planilhas de monitoramento e gerenciais com o módulo da dívida. Serão necessárias alterações posteriores que permitam maior flexibilidade do usuário na parametrização dos relatórios.

O módulo de **precatórios** foi implantado em outubro de 2014. O sistema está em fase de ajustes, e atualmente a gestão e a contabilização do estoque dos precatórios, bem como a gestão dos pagamentos, vêm sendo feita através do SIGEF/Precatórios, concomitantemente com a comparação das planilhas eletrônicas emitidas do sistema do TJSC.

O Módulo está “buscando” de forma automatizada as informações dos precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), no sistema daquele tribunal, ocorrendo a integração e atualização periódica dessas requisições. A DICD é a responsável pela “homologação” e “validação” destes precatórios no módulo, procedimento este por meio do qual é feito os registros contábeis nos correspondentes Órgãos e Entidades Devedoras (Unidades Gestoras).

As funcionalidades desenvolvidas nesse módulo visam a atender necessidades da Procuradoria Geral do Estado - PGE, da Secretaria de Estado da Fazenda - SEF e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC, com possível integração entre os órgãos e entidades envolvidas, a fim de automatizar as operações ao máximo, sem, no entanto, prejudicar a gestão administrativa.

Por sua vez, o módulo de **captação de recursos (Sicap)** foi implantado e já oferece uma metodologia de elaboração de projetos para que os órgãos e entidades estaduais possam cadastrar seus projetos com vistas a servir na busca de fontes de terceiros para financiá-los, configurando um Banco de Projetos. Este módulo também disponibiliza um Banco de Oportunidades, com as fontes de terceiros suscetíveis a financiar possíveis projetos estaduais.



5. Considerações Finais

A Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – DICD vem atuando para sistematizar todas as atividades voltadas para a captação de recursos e gestão da dívida pública, vislumbrando como essencial para o Estado de Santa Catarina a utilização de um banco de projetos para o cadastro, identificação dos custos e a definição das prioridades do Estado, haja vista a escassez de recursos para investimentos de médio e grande vulto.

A capilaridade de atuação para a captação de recursos requer a permanente interação com os órgãos e entidades. Assim, a DICD vem organizando capacitação de técnicos dos órgãos e entidades para a utilização do Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV, bem como manterá permanentemente atividades de apoio aos Municípios, Consórcios Públicos e Entidades sem Fins Lucrativos, para ampliar o volume de recursos destinados ao Estado.

O primeiro passo para organizar melhor as atividades de captação de recursos foi aprovação do Decreto nº 1.080, de 3 de agosto de 2012, que *estabelece procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da administração direta, autárquica, fundacional e pelas empresas estatais dependentes do Poder Executivo estadual, para a captação de recursos, a contratação de operações de crédito, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, bem como para a concessão de garantias.*

Está em produção o **SICAP – Sistema de Captação de Recursos**, módulo do SIGEF, com funcionalidades que possibilitarão:

- Montar um banco de projetos que possa servir como plano de trabalho para a captação de recursos por meio de convênios (inclusive como forma colaborativa com os parlamentares para as emendas), para a inclusão nas revisões dos planos (decenais/regionais e PPA) e como escopo de operação de crédito. A ideia é gerar um portfólio de projetos com grau de estudos prévios que possam vir a ser utilizados a qualquer momento;
- Extrair os programas federais abertos no SICONV de forma mais amigável, a alimentação de informações do SICONV, o que hoje é feito em Excel. Este módulo é de grande valia para os órgãos e entidades do Estado, Municípios, Consórcios Municipais e Entidades sem Fins Lucrativos.
- Gerenciar a tramitação dos pleitos das operações de crédito, pois atualmente a documentação está toda disposta em papéis e a gestão é feita em planilha de Excel.

Na sequência encontram-se dados fiscais comparativos com outras unidades da federação.



6. Dados Comparativos dos Estados – Até dezembro de 2015

Dados fiscais dos Estados – Terceiro quadrimestre de 2015.

Os dados aqui divulgados foram extraídos dos demonstrativos contábeis elaborados e publicados pelos Estados (Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF). Não temos nenhuma pretensão de fazer julgamentos quanto a eficiência e eficácia na gestão dos Estados e nem gerar concorrência entre eles. Apenas informar e monitorar os números para ter um comparativo dos resultados alcançados pelo Estado de Santa Catarina em comparação com os demais Estados.

Cabe destacar que muitos indicadores tomam como base a Receita Corrente Líquida - **RCL**, que é calculada com base em 12 meses (mês de referência mais os 11 meses anteriores). Isso faz com que ao término do primeiro e segundo quadrimestres alguns percentuais fiquem demasiadamente baixos, mas que são equalizados ao término do terceiro quadrimestre (desembolso com a dívida, investimentos, aportes ao RPPS, etc.).

A **Dívida contratual dos Estados e do Distrito Federal** fechou o terceiro quadrimestre de 2015 com um estoque de **R\$ 701,8 bilhões**, sendo que deste total R\$ 599,7 bilhões é dívida interna (85,45%) e R\$ 102,1 bilhões é dívida externa (14,55%).

Já o Estoque da dívida contratual do Estado de Santa Catarina totalizou no terceiro quadrimestre de 2015 R\$ 18,9 bilhões, representando 2,71% do total das dívidas contratuais dos Estados. Desse montante R\$ 15,0 bilhões são da dívida interna (79,21%) e R\$ 3,9 bilhões (20,79%) da dívida externa.

Do montante da Dívida dos Estados e Distrito Federal, 51,09% estão concentradas nos Estados de São Paulo (R\$ 251,4 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 107,1 bilhões). **SC ocupa a 6ª posição no ranking dos Estados com maior volume de dívidas contratuais** (R\$ 18,9 bilhões), sendo que 10 Estados representam 88,79% do total, conforme tabela A-01 (item 7.1).

Até o terceiro quadrimestre de 2015, **SC desembolsou com o Serviço da Dívida R\$1,8 bilhões**, sendo R\$ 957,29 milhões de juros e encargos e R\$ 834,92 milhões de amortização. Em proporção da Receita Corrente Líquida (12 meses) o serviço da dívida em 2015 correspondeu a 9,23%. No agregado, os Estados desembolsaram R\$ 53,30 bilhões com o serviço da dívida (9,68% da RCL agregada), sendo R\$ 26,06 bilhões com juros e encargos e R\$ 27,23 bilhões com amortização.

Para fins de verificação do limite máximo de endividamento, utiliza-se o conceito da Dívida Consolidada Líquida - **DCL** em proporção da Receita Corrente Líquida – **RCL**. O limite máximo para a DCL é de 200% da RCL. Nesse quesito, no ano de 2015, a DCL do Estado de SC correspondeu a 53,04% da RCL. A Lista dos Estados mais endividados apresenta o RS com 227,23% (acima do limite máximo), seguido de MG (198,66%), RJ (197,77%) AL (169,69%) e SP (167,84%). **SC figura na 16ª posição no ranking** segundo esse quesito.



A Dívida consolidada do Estado (que agrega a dívida contratual, os parcelamentos tributários e outras de longo prazo) representou ao término do terceiro quadrimestre **11,86% do PIB** (de 2012), colocando o Estado na **18ª posição**. Os seis Estados com percentuais de comprometimento mais elevados são: AC (44,09%), AL (38,08%), MG (26,61%) RR (25,97%), AP (25,64%) e RS (24,67%). A planilha anexa detalha o comprometimento de todos os Estados, sendo que o DF (3,46%) e o PA (4,15%) são melhores colocados nesse quesito.

Quanto à geração de **Resultado Primário**, ao final de 2015, os Estados do Rio de Janeiro (R\$ 3,63 bilhões), Distrito Federal (R\$ 1,47 bilhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 1,21 bilhões) geraram os maiores déficits primários. No consolidado dos Estados e do DF o total alcançou R\$ 13,46 bilhões de superávit primário (2,44% da RCL consolidada), sendo que desse total SC gerou R\$ 125,00 milhões de superávit primário (0,64%). Na proporção com a sua RCL lideram o ranking os Estados do RR (16,04%), AL (11,30%) e MT (11,11%). Cabe destacar que os Estados que contraíram empréstimo são prejudicados na apuração do resultado primário, pois para o cálculo do resultado a receita de operação de crédito não integra a receita primária, mas os investimentos realizados com esses recursos integram a despesa primária.

A **despesa com pessoal** é o maior agregado de gastos dos entes da federação e sua elevação pode comprometer a capacidade de pagamento da dívida. Assim, monitorar os gastos se faz necessário para uma melhor avaliação da gestão fiscal como um todo. O chefe do Poder Executivo não detém controle sobre os gastos dos demais poderes e órgãos. Assim, monitoramos **apenas os gastos com pessoal do Poder Executivo**, que tem como teto máximo 49% da RCL (46,55% é o limite prudencial e 44,10% o limite de alerta). Nesse quesito, **21 Estados estão acima do limite de alerta**, sendo que **16 acima do limite prudencial e 5 acima do limite total**. O Estado de SC comprometeu com gastos com pessoal em 2015 48,35%, ou seja, **está enquadrado no limite de alerta e bem próximo do limite total**, conforme Tabela A-06 (item 7.6). Os dados consolidados indicam que os Estados estão comprometendo 45,67% de suas Receitas Correntes Líquidas com gastos com pessoal.

A capacidade de **investimentos** dos Estados com recursos próprios é muito baixa e, via de regra, todos que podem se socorrem de financiamentos para atender as demandas da sociedade. Na proporção da RCL o Estado de SC ficou na 5ª colocação, com 8,58% de investimentos (R\$ 1,67 bilhões). Os Estados do CE (14,85%), RJ (12,89%) e PB (9,66%) foram os que mais investiram no ano de 2015, em % de suas RCLs, sendo que DF (2,69%) PR (2,05%) e RS (1,34%) foram os que menos investiram.

O **custeio** da máquina pública também precisa ser monitorado, pois é o agregado onde se consegue fazer cortes com mais flexibilidade. Contudo, é difícil definir exatamente o que é ou não gasto com custeio da máquina pública, assim como cabe alertar que **nem todo gasto com custeio é ruim**. Para fins de comparação, adotamos como regra monitorar apenas as despesas classificadas como **“Demais Despesas Correntes”**, com a exclusão das Transferências Constitucionais aos Municípios (alguns Estados ainda continuam empenhando essas transferências, sendo que outros contabilizam como conta redutora da receita, conforme regramento contido nos manuais da STN). Nesse quesito o Estado de SC figura na 18ª posição, com gastos em Demais Despesas Correntes na ordem de 26,73% da RCL. Necessário investigar o porquê de tantas disparidades entre os Estados, sendo que RJ lidera o ranking com gastos na



ordem de 56,28% da RCL e MG com apenas 17,19% da RCL. No consolidado os Estados consomem em Demais Despesas Correntes 31,23% da RCL.

Por fim, o item que vem gerando maior preocupação e que merece profundo debate para se buscar solução que possa amenizar o impacto desses gastos no fluxo de caixa dos estados são os **gastos com a previdência**, pois boa parte desses gastos são suportados pelos Tesouros Estaduais (**repasses para a cobertura do déficit da previdência**). O Estado de SC figura entre os 5 primeiros que mais comprometem a RCL com recursos com a cobertura do déficit da previdência (RPPS), ocupando a terceira colocação, com aportes ao término do exercício no montante de R\$ 3,32 bilhões, o que correspondeu a 17,09% da RCL. Os Estados do RS (25,20%) e MG (19,49%) lideram o ranking.

O Regime Próprio de Previdência do Estado de Santa Catarina é constituído de dois fundos especiais: fundo financeiro e fundo previdenciário. A insuficiência de caixa do fundo financeiro é suportada integralmente pelo Tesouro do Estado de Santa Catarina. Em 2012, 2013, 2014 e 2015, o Tesouro repassou ao Regime R\$ 1.992 milhões, R\$ 2.309 milhões, R\$ 2.729 milhões e R\$ 3.317 milhões, respectivamente, para cobertura de sua insuficiência financeira.

Para estancar esse déficit financeiro do RPPS no longo prazo, o Governo do Estado aprovou a Lei Complementar Estadual nº 661, de 02 de dezembro de 2015, que “institui o Regime de Previdência Complementar (RPC-SC) de que tratam os §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição da República, no âmbito do Estado de Santa Catarina, fixa limite máximo aos benefícios previdenciários concedidos pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) e estabelece outras providências”.

Além disso, o governo do Estado aprovou a Lei Complementar nº 662, de 11 de dezembro de 2015, contendo a elevação da contribuição dos servidores de 11% para 14% e do Estado de 22% para 28%, de forma gradual, tanto para os servidores (12% em 2016, 13% em 2017 e 14% em 2018) quanto para o Estado (24% em 2016, 26% em 2017 e 28% em 2018). No caso dos servidores ativos, a alíquota será aplicada na totalidade da remuneração, enquanto para inativos e pensionistas ela é válida apenas sobre o que exceder o teto do INSS.

Foram medidas corajosas apresentadas pelo Governador do Estado que, se não irão resolver em definitivo os problemas no curto prazo, certamente irão propiciar condições para que o Estado tenha uma gestão do RPPS mais apropriada no futuro.



7. Anexos - Dados Comparativos dos Estados

Os dados das tabelas a seguir foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF e dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - RREO do terceiro quadrimestre de 2015 (até dezembro/2015), provenientes do SICONFI ou do próprio endereço eletrônico das respectivas Unidades da Federação.

7.1 Tabela A-01 – Dívida Contratual Interna e Externa- Dezembro/2015

UF	Interna - R\$	% Total	Externa - R\$	% Total	Total - R\$	Participação	Acumulado	nº
SP	233.293.909.439,04	92,78%	18.142.820.001,46	7,22%	251.436.729.440,50	35,83%	35,83%	1
RJ	92.758.306.534,00	86,58%	14.375.744.801,00	13,42%	107.134.051.335,00	15,26%	51,09%	2
MG	87.864.876.808,75	85,57%	14.812.126.518,32	14,43%	102.677.003.327,07	14,63%	65,72%	3
RS	54.572.170.946,76	87,15%	8.043.440.874,30	12,85%	62.615.611.821,06	8,92%	74,64%	4
SC	15.020.973.574,68	79,21%	3.941.460.262,81	20,79%	18.962.433.837,49	2,70%	77,34%	6
BA	9.170.965.285,83	48,55%	9.720.545.865,23	51,45%	18.891.511.151,06	2,69%	80,03%	8
GO	17.843.055.586,95	99,79%	37.144.829,18	0,21%	17.880.200.416,13	2,55%	82,58%	5
PR	15.738.225.516,95	92,20%	1.331.238.532,12	7,80%	17.069.464.049,07	2,43%	85,01%	7
PE	8.343.273.552,01	53,03%	7.390.730.395,70	46,97%	15.734.003.947,71	2,24%	87,26%	9
AL	9.069.100.506,23	84,05%	1.720.546.904,87	15,95%	10.789.647.411,10	1,54%	88,79%	10
CE	4.985.668.062,00	47,43%	5.526.974.717,00	52,57%	10.512.642.779,00	1,50%	90,29%	12
MS	7.178.231.764,39	84,87%	1.279.865.756,38	15,13%	8.458.097.520,77	1,21%	91,50%	11
MT	5.416.749.971,55	76,37%	1.676.165.919,46	23,63%	7.092.915.891,01	1,01%	92,51%	13
ES	5.400.251.704,64	83,72%	1.050.310.092,68	16,28%	6.450.561.797,32	0,92%	93,43%	14
AM	3.209.805.113,06	50,55%	3.139.826.273,76	49,45%	6.349.631.386,82	0,90%	94,33%	15
MA	3.871.965.432,32	61,01%	2.474.426.741,52	38,99%	6.346.392.173,84	0,90%	95,23%	16
DF	3.204.563.675,44	75,74%	1.026.234.105,76	24,26%	4.230.797.781,20	0,60%	95,84%	17
AC	2.423.751.708,36	60,07%	1.611.400.381,80	39,93%	4.035.152.090,16	0,57%	96,41%	18
PI	2.481.363.835,15	62,47%	1.490.737.306,18	37,53%	3.972.101.141,33	0,57%	96,98%	20
PA	2.969.312.615,39	78,60%	808.379.569,58	21,40%	3.777.692.184,97	0,54%	97,52%	19
SE	2.381.628.828,49	76,98%	712.300.113,82	23,02%	3.093.928.942,31	0,44%	97,96%	22
PB	2.697.077.000,00	87,49%	385.484.000,00	12,51%	3.082.561.000,00	0,44%	98,40%	21
TO	1.951.717.894,89	63,44%	1.124.604.243,83	36,56%	3.076.322.138,72	0,44%	98,84%	24
RO	2.917.881.437,37	99,71%	8.594.622,85	0,29%	2.926.476.060,22	0,42%	99,25%	23
RR	1.833.532.340,00	100,00%	-	0,00%	1.833.532.340,00	0,26%	99,51%	25
AP	1.827.163.256,54	99,82%	3.372.431,49	0,18%	1.830.535.688,03	0,26%	99,77%	26
RN	1.309.751.587,71	82,62%	275.551.774,81	17,38%	1.585.303.362,52	0,23%	100,00%	27
Consolidado	599.735.273.978,50	85,45%	102.110.027.035,91	14,55%	701.845.301.014,41	100,00%		



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

7.2 Tabela A-02 – Serviço Total da Dívida em % da RCL - Dezembro/2015

UF	Juros e Encargos da Dívida - R\$	Amortização da Dívida - R\$	Total do Serviço da Dívida - R\$	RCL - R\$	% dos Juros e Encargos sobre RCL	% das Amortizações sobre RCL	% do total do Serviço da Dívida sobre a RCL
RJ	3.834.758.586,00	3.450.265.351,00	7.285.023.937,00	51.224.316.996,00	7,49%	6,74%	14,22%
SP	9.683.230.342,26	7.179.203.541,33	16.862.433.883,59	140.398.953.319,01	6,90%	5,11%	12,01%
GO	1.009.262.925,22	1.644.100.339,57	2.653.363.264,79	17.361.933.085,28	5,81%	9,47%	15,28%
MG	2.884.460.767,40	3.245.408.320,47	6.129.869.087,87	51.643.235.767,49	5,59%	6,28%	11,87%
RS	1.664.534.579,90	2.075.436.393,92	3.739.970.973,82	30.139.172.170,57	5,52%	6,89%	12,41%
SC	957.286.002,78	834.924.410,43	1.792.210.413,21	19.409.870.961,23	4,93%	4,30%	9,23%
AC	187.151.372,97	260.535.882,44	447.687.255,41	3.949.107.687,38	4,74%	6,60%	11,34%
AL	257.574.120,62	567.228.373,23	824.802.493,85	6.311.577.936,53	4,08%	8,99%	13,07%
MT	472.789.703,36	596.803.938,66	1.069.593.642,02	11.636.649.237,02	4,06%	5,13%	9,19%
RR	94.118.213,07	73.392.237,65	167.510.450,72	2.824.662.615,35	3,33%	2,60%	5,93%
MS	274.716.676,85	941.978.056,64	1.216.694.733,49	8.320.781.588,87	3,30%	11,32%	14,62%
MA	346.355.827,63	412.836.334,87	759.192.162,50	10.703.905.837,92	3,24%	3,86%	7,09%
PE	633.047.579,04	798.507.950,23	1.431.555.529,27	19.648.437.023,39	3,22%	4,06%	7,29%
AP	117.995.428,89	85.551.948,11	203.547.377,00	3.875.537.366,92	3,04%	2,21%	5,25%
AM	326.649.103,54	389.289.254,66	715.938.358,20	10.998.994.388,61	2,97%	3,54%	6,51%
SE	174.450.228,12	242.281.197,19	416.731.425,31	6.353.339.374,91	2,75%	3,81%	6,56%
CE	414.556.094,18	689.352.118,08	1.103.908.212,26	15.176.417.457,00	2,73%	4,54%	7,27%
PR	816.707.306,19	928.292.471,50	1.744.999.777,69	31.807.637.346,22	2,57%	2,92%	5,49%
ES	303.467.446,68	125.428.451,22	428.895.897,90	11.951.594.613,26	2,54%	1,05%	3,59%
TO	153.036.967,81	299.529.283,86	452.566.251,67	6.304.771.944,72	2,43%	4,75%	7,18%
PB	167.366.000,00	294.723.000,00	462.089.000,00	7.610.197.000,00	2,20%	3,87%	6,07%
BA	581.085.271,12	954.914.644,80	1.535.999.915,92	27.207.610.584,58	2,14%	3,51%	5,65%
PI	136.062.794,45	256.504.229,20	392.567.023,65	6.600.087.436,36	2,06%	3,89%	5,95%
PA	227.753.076,22	402.341.579,20	630.094.655,42	16.789.901.790,47	1,36%	2,40%	3,75%
DF	230.071.568,19	238.809.514,36	468.881.082,55	18.461.481.002,45	1,25%	1,29%	2,54%
RN	70.470.440,56	131.455.565,09	201.926.005,65	7.996.956.928,75	0,88%	1,64%	2,53%
RO	43.903.396,22	115.684.538,29	159.587.934,51	5.824.977.442,42	0,75%	1,99%	2,74%
Consolidado	26.062.861.819,27	27.234.778.926,00	53.297.640.745,27	550.532.108.902,71	4,73%	4,95%	9,68%

Notas:

Não inclui despesas intra-orçamentárias;

A RCL e Serviço da Dívida de 12 meses (janeiro de 2015 a dezembro de 2015).



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

7.3 Tabela A-03 – % de Endividamento dos Estados – DCL/RCL - Dezembro/2015

UF	Resultado Primário - R\$	RCL - R\$	DCL - R\$	% DCL/RCL
RS	(1.211.847.137,90)	30.139.172.170,57	68.486.044.087,21	227,23%
MG	445.673.877,17	51.643.235.767,49	102.592.255.535,23	198,66%
RJ	(3.627.577.823,00)	51.224.316.996,00	101.307.562.389,00	197,77%
AL	713.375.213,82	6.311.577.936,53	10.710.404.398,18	169,69%
SP	7.565.593.118,40	140.398.953.319,01	235.645.413.306,23	167,84%
GO	1.143.938.947,66	17.361.933.085,28	17.119.934.768,90	98,61%
AC	(56.102.175,15)	3.949.107.687,38	3.822.957.499,62	96,81%
MS	917.615.451,16	8.320.781.588,87	7.627.462.145,54	91,67%
SE	(44.302.464,52)	6.353.339.374,91	4.377.386.486,35	68,90%
CE	784.852.299,67	15.176.417.457,00	9.535.432.117,00	62,83%
PE	319.444.913,10	19.648.437.023,39	12.215.360.981,53	62,17%
RO	528.233.260,84	5.824.977.442,42	3.537.255.125,77	60,73%
MA	292.029.777,85	10.703.905.837,92	6.426.323.490,67	60,04%
BA	(401.063.118,89)	27.207.610.584,58	16.171.209.225,21	59,44%
PI	87.329.335,70	6.600.087.436,36	3.762.714.199,03	57,01%
SC	124.996.565,37	19.409.870.961,23	10.295.408.629,44	53,04%
PR	3.476.577.380,05	31.807.637.346,22	15.432.131.336,08	48,52%
MT	1.292.485.385,33	11.636.649.237,02	5.240.718.798,90	45,04%
PB	(32.632.000,00)	7.610.197.000,00	3.297.120.000,00	43,33%
TO	402.119.126,29	6.304.771.944,72	2.523.597.129,64	40,03%
ES	503.916.450,40	11.951.594.613,26	3.748.618.992,62	31,37%
AP	378.912.181,35	3.875.537.366,92	1.063.794.174,98	27,45%
DF	(1.468.328.054,44)	18.461.481.002,45	4.657.949.946,56	25,23%
PA	386.981.635,64	16.789.901.790,47	2.020.940.562,39	12,04%
RR	453.165.927,83	2.824.662.615,35	332.350.189,28	11,77%
RN	202.162.039,30	7.996.956.928,75	722.653.819,71	9,04%
AM	282.375.812,14	10.998.994.388,61	504.957.783,94	4,59%
Consolidado	13.459.925.925,17	550.532.108.902,71	653.177.957.119,01	118,64%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

7.4 Tabela A-04 – Dívida Consolidada em % do PIB e RCL - Dezembro/2015

UF	PIB 2012 (*) - R\$	Dívida Consolidada - R\$	% DC/PIB	Dívida Consolidada Líquida - R\$	% DCL/PIB	Dívida Contratual (OC) - R\$	% OC/PIB	RCL - R\$	% DC/RCL	% DCL/RCL
AC	9.629.238.676,35	4.245.948.557,36	44,09%	3.822.957.499,62	39,70%	4.035.152.090,16	41,91%	3.949.107.687,38	107,5%	96,81%
AL	29.544.708.358,41	11.252.027.857,87	38,08%	10.710.404.398,18	36,25%	10.789.647.411,10	36,52%	6.311.577.936,53	178,3%	169,69%
MG	403.551.317.452,60	107.383.681.895,65	26,61%	102.592.255.535,23	25,42%	102.677.003.327,07	25,44%	51.643.235.767,49	207,9%	198,66%
RR	7.313.836.470,25	1.899.694.304,61	25,97%	332.350.189,28	4,54%	1.833.532.340,00	25,07%	2.824.662.615,35	67,3%	11,77%
AP	10.419.539.402,08	2.671.177.076,68	25,64%	1.063.794.174,98	10,21%	1.830.535.688,03	17,57%	3.875.537.366,92	68,9%	27,45%
RS	277.657.665.658,25	68.486.044.087,21	24,67%	68.486.044.087,21	24,67%	62.615.611.821,06	22,55%	30.139.172.170,57	227,2%	227,23%
RJ	504.221.370.517,78	107.569.561.637,00	21,33%	101.307.562.389,00	20,09%	107.134.051.335,00	21,25%	51.224.316.996,00	210,0%	197,77%
SP	1.408.903.865.631,66	269.025.604.839,88	19,09%	235.645.413.306,23	16,73%	251.436.729.440,50	17,85%	140.398.953.319,01	191,6%	167,84%
PI	25.720.626.469,19	4.488.665.386,74	17,45%	3.762.714.199,03	14,63%	3.972.101.141,33	15,44%	6.600.087.436,36	68,0%	57,01%
SE	27.823.191.481,26	4.833.027.889,02	17,37%	4.377.386.486,35	15,73%	3.093.928.942,31	11,12%	6.353.339.374,91	76,1%	68,90%
TO	19.529.689.432,03	3.270.150.236,68	16,74%	2.523.597.129,64	12,92%	3.076.322.138,72	15,75%	6.304.771.944,72	51,9%	40,03%
MS	54.471.447.338,04	9.026.222.019,17	16,57%	7.627.462.145,54	14,00%	8.458.097.520,77	15,53%	8.320.781.588,87	108,5%	91,67%
GO	123.926.301.289,70	18.598.354.565,23	15,01%	17.119.934.768,90	13,81%	17.880.200.416,13	14,43%	17.361.933.085,28	107,1%	98,61%
RO	29.361.935.831,27	4.220.948.216,13	14,38%	3.537.255.125,77	12,05%	2.926.476.060,22	9,97%	5.824.977.442,42	72,5%	60,73%
PE	117.340.091.516,02	16.157.271.697,67	13,77%	12.215.360.981,53	10,41%	15.734.003.947,71	13,41%	19.648.437.023,39	82,2%	62,17%
BA	167.727.375.062,91	21.381.306.825,23	12,75%	16.171.209.225,21	9,64%	18.891.511.151,06	11,26%	27.207.610.584,58	78,6%	59,44%
CE	90.131.724.431,82	11.113.041.943,00	12,33%	9.535.432.117,00	10,58%	10.512.642.779,00	11,66%	15.176.417.457,00	73,2%	62,83%
SC	177.275.690.906,50	21.025.026.280,98	11,86%	10.295.408.629,44	5,81%	18.962.433.837,49	10,70%	19.409.870.961,23	108,3%	53,04%
MA	58.819.682.999,70	6.924.461.891,06	11,77%	6.426.323.490,67	10,93%	6.346.392.173,84	10,79%	10.703.905.837,92	64,7%	60,04%
PB	38.731.149.275,88	4.487.120.000,00	11,59%	3.297.120.000,00	8,51%	3.082.561.000,00	7,96%	7.610.197.000,00	59,0%	43,33%
AM	64.119.835.578,80	6.364.274.492,20	9,93%	504.957.783,94	0,79%	6.349.631.386,82	9,90%	10.998.994.388,61	57,9%	4,59%
MT	80.830.108.028,54	7.103.607.922,49	8,79%	5.240.718.798,90	6,48%	7.092.915.891,01	8,78%	11.636.649.237,02	61,0%	45,04%
PR	255.926.607.894,66	21.292.667.358,70	8,32%	15.432.131.336,08	6,03%	17.069.464.049,07	6,67%	31.807.637.346,22	66,9%	48,52%
ES	107.328.770.894,28	7.034.527.965,75	6,55%	3.748.618.992,62	3,49%	6.450.561.797,32	6,01%	11.951.594.613,26	58,9%	31,37%
RN	39.543.678.536,86	1.766.804.684,05	4,47%	722.653.819,71	1,83%	1.585.303.362,52	4,01%	7.996.956.928,75	22,1%	9,04%
PA	91.009.013.793,78	3.777.692.184,97	4,15%	2.020.940.562,39	2,22%	3.777.692.184,97	4,15%	16.789.901.790,47	22,5%	12,04%
DF	171.235.534.071,39	5.930.582.624,70	3,46%	4.657.949.946,56	2,72%	4.230.797.781,20	2,47%	18.461.481.002,45	32,1%	25,23%
Total	4.392.093.997.000,00	751.329.494.440,03		653.177.957.119,01		701.845.301.014,41		550.532.108.902,71		
Média	162.670.148.037,04	27.827.018.312,59	17,11%	24.191.776.189,59	14,87%	25.994.270.407,94	15,98%	20.390.078.107,51	12,53%	118,64%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

7.5 Tabela A-05 – Resultado Primário em % da RCL - Dezembro/2015

UF	Resultado Primário - R\$	RCL - R\$	% RCL	Colocação
RR	453.165.927,83	2.824.662.615,35	16,04%	1
AL	713.375.213,82	6.311.577.936,53	11,30%	2
MT	1.292.485.385,33	11.636.649.237,02	11,11%	3
MS	917.615.451,16	8.320.781.588,87	11,03%	4
PR	3.476.577.380,05	31.807.637.346,22	10,93%	5
AP	378.912.181,35	3.875.537.366,92	9,78%	6
RO	528.233.260,84	5.824.977.442,42	9,07%	7
GO	1.143.938.947,66	17.361.933.085,28	6,59%	8
TO	402.119.126,29	6.304.771.944,72	6,38%	9
SP	7.565.593.118,40	140.398.953.319,01	5,39%	10
CE	784.852.299,67	15.176.417.457,00	5,17%	11
ES	503.916.450,40	11.951.594.613,26	4,22%	12
MA	292.029.777,85	10.703.905.837,92	2,73%	13
AM	282.375.812,14	10.998.994.388,61	2,57%	14
RN	202.162.039,30	7.996.956.928,75	2,53%	15
PA	386.981.635,64	16.789.901.790,47	2,30%	16
PE	319.444.913,10	19.648.437.023,39	1,63%	17
PI	87.329.335,70	6.600.087.436,36	1,32%	18
MG	445.673.877,17	51.643.235.767,49	0,86%	19
SC	124.996.565,37	19.409.870.961,23	0,64%	20
PB	(32.632.000,00)	7.610.197.000,00	-0,43%	21
SE	(44.302.464,52)	6.353.339.374,91	-0,70%	22
AC	(56.102.175,15)	3.949.107.687,38	-1,42%	23
BA	(401.063.118,89)	27.207.610.584,58	-1,47%	24
RS	(1.211.847.137,90)	30.139.172.170,57	-4,02%	25
RJ	(3.627.577.823,00)	51.224.316.996,00	-7,08%	26
DF	(1.468.328.054,44)	18.461.481.002,45	-7,95%	27
Consolidado	13.459.925.925,17	550.532.108.902,71	2,44%	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

7.6 Tabela A-06 – Despesa de Pessoal do Poder Executivo em % da RCL - Dezembro/2015

UF	Despesa de Pessoal - R\$	% RCL	Colocação
RN	4.200.948.738,12	52,53%	1
TO	3.257.637.135,24	51,67%	2
PB	3.876.191.000,00	50,93%	3
MT	5.841.714.494,35	50,20%	4
RS	14.821.455.670,43	49,18%	5
AC	1.927.024.332,54	48,80%	6
AL	3.059.906.479,83	48,48%	7
GO	8.409.440.060,13	48,44%	8
SC	9.384.427.017,17	48,35%	9
AM	5.277.716.373,10	47,98%	10
MG	24.740.131.048,10	47,91%	11
SE	3.037.924.179,50	47,82%	12
BA	12.952.774.613,36	47,61%	13
PA	7.947.569.999,29	47,34%	14
RR	1.336.251.152,17	47,31%	15
DF	8.635.835.809,85	46,78%	16
SP	64.974.618.721,82	46,28%	17
PE	9.075.557.365,35	46,19%	18
CE	6.970.865.089,05	45,93%	19
MS	3.792.382.714,53	45,58%	20
RO	2.585.909.660,52	44,39%	21
MA	4.688.531.618,50	43,80%	22
AP	1.682.615.181,03	43,42%	23
ES	5.185.589.496,23	43,39%	24
PR	13.771.244.732,95	43,30%	25
PI	2.818.051.035,27	42,70%	26
RJ	17.150.989.581,00	33,48%	27
Consolidado	251.403.303.299,43	45,67%	

Nota:

LIMITE MÁXIMO - 49% da RCL para o Poder Executivo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF).

LIMITE PRUDENCIAL - 46,55% da RCL para o Poder Executivo (parágrafo único do art. 22 da LRF).

LIMITE DE ALERTA - 44,10% da RCL para o Poder Executivo (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

7.7 Tabela A-07 – % de Investimentos sobre a RCL - Dezembro/2015

UF	Investimentos - R\$	Inversões Financeiras - R\$	RCL - R\$	% dos Investimentos sobre RCL	% das Inversões Financeiras sobre RCL
CE	2.254.181.338,86	119.345.616,43	15.176.417.457,00	14,85%	0,79%
RJ	6.603.043.443,00	40.311.560,00	51.224.316.996,00	12,89%	0,08%
PB	735.240.000,00	71.299.000,00	7.610.197.000,00	9,66%	0,94%
AC	348.408.666,92	4.189.917,73	3.949.107.687,38	8,82%	0,11%
SC	1.665.175.536,96	121.850.429,86	19.409.870.961,23	8,58%	0,63%
BA	2.231.841.436,93	281.031.070,53	27.207.610.584,58	8,20%	1,03%
PA	1.359.924.415,43	192.193.544,97	16.789.901.790,47	8,10%	1,14%
AL	464.193.041,85	6.899.624,30	6.311.577.936,53	7,35%	0,11%
PI	479.021.148,67	22.809.905,39	6.600.087.436,36	7,26%	0,35%
AM	758.126.703,59	51.782.760,33	10.998.994.388,61	6,89%	0,47%
MA	707.802.544,74	1.000.000,00	10.703.905.837,92	6,61%	0,01%
AP	234.367.566,58	10.154.344,80	3.875.537.366,92	6,05%	0,26%
MS	491.487.310,07	473.411,76	8.320.781.588,87	5,91%	0,01%
GO	1.025.412.032,85	88.253.203,89	17.361.933.085,28	5,91%	0,51%
SP	7.964.092.854,26	3.855.076.627,61	140.398.953.319,01	5,67%	2,75%
PE	1.066.475.279,64	230.181.230,76	19.648.437.023,39	5,43%	1,17%
SE	337.967.651,29	11.371.235,69	6.353.339.374,91	5,32%	0,18%
MT	594.248.460,41	2.370.715,43	11.636.649.237,02	5,11%	0,02%
RR	131.224.249,96	2.028.689,31	2.824.662.615,35	4,65%	0,07%
TO	281.246.015,15	8.749.094,73	6.304.771.944,72	4,46%	0,14%
ES	511.504.622,60	547.900.804,96	11.951.594.613,26	4,28%	4,58%
RO	238.626.630,13	2.000.000,00	5.824.977.442,42	4,10%	0,03%
RN	314.464.700,05	307.131.041,43	7.996.956.928,75	3,93%	3,84%
MG	1.995.953.036,35	397.846.916,67	51.643.235.767,49	3,86%	0,77%
DF	496.986.001,83	80.957.109,08	18.461.481.002,45	2,69%	0,44%
PR	650.480.447,64	170.407.862,66	31.807.637.346,22	2,05%	0,54%
RS	403.391.775,56	150.776.370,27	30.139.172.170,57	1,34%	0,50%
Consolidado	34.344.886.911,32	6.778.392.088,59	550.532.108.902,71	6,24%	1,23%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

7.8 Tabela A-08 – % das Despesas Correntes Versus RCL - Dezembro/2015

UF	Outras Despesas Correntes - R\$	Demais Despesas Correntes ⁽³⁾ - R\$	RCL - R\$	% das Outras Despesas Correntes sobre RCL	% das Demais Despesas Correntes sobre RCL
RJ	28.831.231.606,00	28.831.231.606,00	51.224.316.996,00	56,28%	56,28%
AC	1.821.839.117,61	1.547.339.376,43	3.949.107.687,38	46,13%	39,18%
AM	6.221.373.359,20	4.161.626.421,96	10.998.994.388,61	56,56%	37,84%
PB	2.751.046.000,00	2.751.046.000,00	7.610.197.000,00	36,15%	36,15%
RN	2.753.334.512,03	2.753.334.512,03	7.996.956.928,75	34,43%	34,43%
PE	10.355.276.813,78	6.735.381.677,49	19.648.437.023,39	52,70%	34,28%
RO	2.005.363.516,51	1.938.967.860,56	5.824.977.442,42	34,43%	33,29%
BA	14.071.759.916,37	8.924.205.419,17	27.207.610.584,58	51,72%	32,80%
RR	1.099.729.159,14	914.383.645,53	2.824.662.615,35	38,93%	32,37%
DF	5.974.327.958,10	5.974.327.958,10	18.461.481.002,45	32,36%	32,36%
CE	7.588.399.999,10	4.884.437.849,58	15.176.417.457,00	50,00%	32,18%
SP	82.593.992.054,98	43.733.124.393,83	140.398.953.319,01	58,83%	31,15%
MA	4.690.645.921,95	3.307.552.951,61	10.703.905.837,92	43,82%	30,90%
SE	1.959.355.437,87	1.959.355.437,87	6.353.339.374,91	30,84%	30,84%
ES	3.523.532.027,90	3.523.532.027,90	11.951.594.613,26	29,48%	29,48%
PR	17.136.437.241,03	9.254.405.109,31	31.807.637.346,22	53,88%	29,09%
PI	1.885.670.971,52	1.885.670.971,52	6.600.087.436,36	28,57%	28,57%
SC	5.188.108.185,17	5.188.108.185,17	19.409.870.961,23	26,73%	26,73%
GO	4.537.110.245,41	4.537.110.245,41	17.361.933.085,28	26,13%	26,13%
RS	16.737.451.582,72	7.695.480.675,00	30.139.172.170,57	55,53%	25,53%
MS	4.119.526.202,22	2.120.934.451,07	8.320.781.588,87	49,51%	25,49%
PA	7.142.659.377,83	4.222.487.752,00	16.789.901.790,47	42,54%	25,15%
AP	1.173.989.293,95	941.499.338,23	3.875.537.366,92	30,29%	24,29%
TO	2.123.926.704,78	1.524.502.864,69	6.304.771.944,72	33,69%	24,18%
AL	2.356.556.077,87	1.367.514.022,74	6.311.577.936,53	37,34%	21,67%
MT	2.427.283.244,00	2.355.356.511,63	11.636.649.237,02	20,86%	20,24%
MG	21.926.591.290,47	8.878.319.074,24	51.643.235.767,49	42,46%	17,19%
Consolidado	262.996.517.817,51	171.911.236.339,07	550.532.108.902,71	47,77%	31,23%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

7.9 Tabela A-09 – Aportes ao RPPS – Cobertura do Déficit - Dezembro/2015

UF	Aporte RPPS - R\$ até o quadrimestre	RCL - R\$	% do aporte ao RPPS sobre RCL
RS	7.595.388.866,97	30.139.172.170,57	25,20%
MG	10.065.331.437,88	51.643.235.767,49	19,49%
SC	3.317.977.257,56	19.409.870.961,23	17,09%
MS	1.355.222.623,98	8.320.781.588,87	16,29%
ES	1.580.530.897,24	11.951.594.613,26	13,22%
PB	915.258.000,00	7.610.197.000,00	12,03%
SP	15.983.441.772,11	140.398.953.319,01	11,38%
PA	1.810.957.313,69	16.789.901.790,47	10,79%
DF	1.929.836.977,85	18.461.481.002,45	10,45%
SE	657.307.613,88	6.353.339.374,91	10,35%
PI	626.174.719,53	6.600.087.436,36	9,49%
AL	588.962.733,77	6.311.577.936,53	9,33%
PE	1.791.182.096,48	19.648.437.023,39	9,12%
GO	1.441.131.537,98	17.361.933.085,28	8,30%
CE	1.217.791.548,47	15.176.417.457,00	8,02%
BA	1.842.737.716,66	27.207.610.584,58	6,77%
RN	539.294.001,90	7.996.956.928,75	6,74%
AM	721.761.500,13	10.998.994.388,61	6,56%
MT	553.640.731,04	11.636.649.237,02	4,76%
RJ	542.093.305,00	51.224.316.996,00	1,06%
PR	71.400.893,74	31.807.637.346,22	0,22%
RO	4.771.423,57	5.824.977.442,42	0,08%
MA	-	10.703.905.837,92	0,00%
AP	-	3.875.537.366,92	0,00%
AC	-	3.949.107.687,38	0,00%
RR	-	2.824.662.615,35	0,00%
TO	-	6.304.771.944,72	0,00%
Consolidado	55.152.194.969,43	550.532.108.902,71	10,02%

NOTA: A RCL e aportes de 12 meses (janeiro de 2015 a dezembro de 2015).

(*) O valor de Aporte ao RPPS do **Distrito Federal** foi atualizado com base no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (Planos Financeiro e Previdenciário) publicado no Portal da Transparência do DF. Neste Demonstrativo, no Quadrimestre encerrado em dezembro consta como aporte ao RPPS – Plano Financeiro – R\$ 1.929.836.977,85, e no Previdenciário R\$ 0,00. **No entanto, o valor diverge do publicado no SICONFI** que não apresenta valores de aportes para nenhum dos dois planos (Financeiro e Previdenciário).



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD

7.10 Tabela A-10 – Dívida dos Estados com a União

DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO													
LEI FEDERAL 9.496/97											LEI FEDERAL 8727/93		
ESTADOS	% RLR	DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO		PRAZO PARA PAGAMENTO EM ANOS	INDEXADOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA	TAXA DE JUROS (AO ANO)		VALOR CONTRATADO (com aditivos) - Financiamento e Proes	Valor pago até dezembro/2015 (Financiamento e Proes)	Saldo Devedor até dezembro/2015 (Financiamento + Proes)	% de Participação	Saldo Devedor até dezembro/2015 (NÃO inclui autarquias e empresas)	Saldo Devedor até dezembro/2015 (autarquias e empresas)
		FINANCIAMENTO	PROES										
AC	11,50%	30/04/1998	31/03/1998	30	IGP-DI		6,00%	149.298.685	430.729.477	343.013.819	0,07%	-	56.680.067
AL ¹	15,00%	29/06/1998	16/10/2002	30	IGP-DI	6,00%	7,50%	2.303.914.123	4.751.980.981	7.961.239.289	1,72%	-	119.023.486
AM	11,50%	11/03/1998	02/08/1999	30	IGP-DI		6,00%	543.689.666	1.018.881.939	562.533.607	0,12%	-	258.923.804
AP	15,00%		26/05/1998	30	IGP-DI		6,00%	28.848.454	79.829.761	76.445.724	0,02%	-	-
BA	13,00%	01/12/1997	25/06/1998	30	IGP-DI		6,00%	2.595.607.304	8.312.711.286	4.402.752.352	0,95%	-	48.601.599
CE	11,50%	16/10/1997	27/05/1999	30	IGP-DI		6,00%	1.256.750.820	2.499.865.551	966.158.228	0,21%	-	656.208.829
DF	13,00%	29/07/1999		30	IGP-DI		6,00%	642.272.367	1.563.719.064	1.280.282.520	0,28%	-	-
ES	13,00%	24/3/1998 e 30/03/1998	25/11/1998	30	IGP-DI		6,00%	647.672.882	1.718.630.488	1.238.211.533	0,27%	-	830.366.513
GO	15,00%	25/03/1998	27/05/1999	30	IGP-DI		6,00%	1.776.514.527	5.327.277.965	3.510.119.115	0,76%	5.619.355.620,48	24.737.961
MA	13,00%	22/01/1998	13/01/1999	30	IGP-DI		6,00%	700.017.905	2.118.145.010	1.209.441.917	0,26%	-	93.574.074
MG	13,00%	18/02/1998	16/06/1998	30	IGP-DI	6,00%	7,50%	14.882.839.201	39.819.644.949	78.279.966.705	16,89%	-	607.114.666
MS	15,00%	30/03/1998		30	IGP-DI		6,00%	1.383.439.031	4.168.498.401	5.996.025.592	1,29%	-	-
MT	15,00%	11/07/1997	22/01/1999	30	IGP - DI		6,00%	973.379.763	3.877.856.138	1.980.300.604	0,43%	-	28.954.681
PA	15,00%	30/03/1998	22/01/1999	30	IGP-DI		7,50%	388.573.692	1.278.178.637	978.385.800	0,21%	-	20.732.675
PB	13,00%	31/03/1998		30	IGP-DI		6,00%	353.639.328	1.049.973.570	766.708.904	0,17%	-	153.506.981
PE	11,50%	23/12/1997	27/08/1998	30	IGP-DI		6,00%	2.114.866.739	5.397.734.910	3.002.398.370	0,65%	-	211.378.451
PI ²	13,00%	20/01/1998		15	IGP-DI		6,00%	-	-	-	0,00%	-	43.700.884
PR	13,00%	31/03/1998	05/09/1999	30	IGP-DI		6,00%	5.659.969.458	13.310.057.291	9.794.539.624	2,11%	-	305.473.254
RJ	13,00%	29/10/1999		30	IGP-DI		6,00%	15.246.423.173	28.072.919.250	56.518.508.376	12,20%	-	48.356.081
RN	13,00%	26/11/1997	18/03/1999	15	IGP-DI		6,00%	178.906.730	511.040.986	264.300.109	0,06%	-	9.508.291
RO	15,00%	12/02/1998	20/05/1998	30	IGP-DI		6,00%	692.876.890	1.856.417.855	2.071.434.849	0,45%	-	18.332.791
RR	11,50%	25/03/1998	18/02/1999	30	IGP-DI		6,00%	46.580.737	134.766.417	110.103.366	0,02%	-	830.644
RS	13,00%	15/04/1998	12/10/1998	30	IGP-DI		6,00%	10.357.633.471	24.494.623.287	52.161.760.585	11,26%	-	184.063.509
SC	13,00%	31/03/1998	29/03/1999	30	IGP-DI		6,00%	5.418.185.435	12.766.968.061	8.930.753.827	1,93%	-	22.972.369
SE	13,00%	27/11/1997	18/01/1999	30	IGP-DI		6,00%	396.147.774	1.143.766.300	886.817.096	0,19%	-	86.146.595
SP	13,00%	22/05/1997		30	IGP-DI		6,00%	51.078.603.844	128.612.895.643	220.087.928.649	47,50%	-	22.130.356
TO ³	0,00%											-	-
TOTAL								119.816.652.001	294.317.113.216	463.380.130.558	100,00%	5.619.355.620	3.851.318.562

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional/Banco do Brasil S/A

OBS: AL¹ - Por liminar, AL está pagando 11,5% da RLR e juros de 6% aa. Dados contratuais são: 15% da RLR e juros de 6% aa e 7,5% aa
PI² - Quitou a dívida. TO³ - Não possui 9496



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA - DICD